

EM TEMPO!

Quinzenário Nacional

Ano VII

Nº 195

De 8 a 21 novembro de 1984

Cr\$500,00



SEREMOS OPOSIÇÃO A TANCREDO NEVES

PT
denuncia
Colégio e
convoca
convenção:

"686 delegados ao Colégio
vão substituir 60 milhões
de brasileiros aptos a votar
em eleições diretas..."

"O antigo balaio de gatos
que era o PMDB converteu-se,
com a Aliança Democrática, num
grande balaio de gatos e ratos."

"Maluf é hoje um representante
minoritário na sua própria
classe, a burguesia".

"Contra a chantagem do malufismo
e o projeto de transição proposto pelas
classes dominantes, o PT reafirma a sua
disposição de boicotar o Colégio e
de não participar da votação indireta
de 15 de janeiro de 1985."

Nesta edição:

- O governo Tancredo manterá o arrocho e o desemprego (págs. 2 e 3)
- A cobertura da reunião do Diretório Nacional do PT (pág. 6)
- Avançar na construção da alternativa dos trabalhadores (págs. 7 a 10)

O governo da transição burguesa

Sem romper com o FMI, a meta máxima que a Aliança Democrática se coloca é uma mudança na administração da crise, aguardando uma recuperação de fôlego da economia mundial que ainda não está a vista.

Assim, o limite de concessões econômicas ao movimento operário será necessariamente estreito tendo em vista a continuidade da crise econômica e os compromissos de Tancredo Neves com os grandes grupos capitalistas.

Em seu discurso aos empresários paulistas, Tancredo Neves propôs a celebração de um novo pacto social, "democrático", envolvendo empresários e trabalhadores.

Apoio empresarial não falta a Tancredo. Os principais grupos econômicos do país o apoiam. O capital internacional não vê maiores problemas com a sua eleição. É o que se pode deduzir da presença de algumas multinacionais (Sambra, Alcan, Souza Cruz, Alparagas, Dow-Chemical) e do presidente da Câmara Americana de Comércio prestigiando o jantar paulista de Tancredo.

Segundo o economista Francisco de Oliveira (em entrevista à Folha de S.Paulo de 13 de outubro de 1984) "...

esses grandes grupos econômicos de hoje que cresceram enormemente no período do autoritarismo e já têm uma posição de relativo controle nos ramos principais de nossa economia, querem agora um regime político previsível, capaz de evitá-los de serem assaltados pelos capitalistas estilo Maluf que eles foram há vinte anos atrás ou durante este período".

E "regime político previsível" é o que eles controlam diretamente. Não é por outra razão que o ministro da Fazenda será o banqueiro Olavo Setúbal: é ele quem detem as preferências do empresariado.

Para completar o pacto proposto por Tancredo, falta "apenas" o apoio dos trabalhadores. É verdade que setores importantes do movimento operário já dão apoio à "Aliança Democrática": os pelegos, os reformistas e os estalinistas.

Mas não há a menor sombra de dúvida que estes setores não terão a menor influência na determinação dos rumos da política econômica no governo Tancredo Neves.

Nenhum atrito com o sistema financeiro internacional

Este parece ser o elemento chave da

política econômica de Tancredo: é o que vem afirmando. Propostas de reorientação profunda da política em relação a dívida externa estão descartadas: nada de moratória.

Olavo Setúbal, que jogará um papel central no governo Tancredo em seu depoimento à CPI da dívida externa, defendeu a assinatura do acordo com o FMI. Argumentou então que "... o limite da ação do presidente está no que pode ser imposto, no momento, ao sistema financeiro internacional, sem rupturas".

A recente viagem do governador de Minas, Hélio Garcia, aos EUA para conversar com os banqueiros americanos demonstra a continuidade desta preocupação.

Os banqueiros internacionais não têm porque temer os seus "colegas" brasileiros: banqueiro francês declarou em recente entrevista a revista *Senhor* ter inteira confiança em um governo que tenha Olavo Setúbal como ministro.

Não alterar o relacionamento com o sistema financeiro internacional significa não reorientar, no fundamental, a política econômica do atual governo. Significa manter a economia voltada para o pagamento dos juros e amortizações da impagável dívida externa.

É possível sair da recessão sem mudar a relação com o FMI?

O período de crescimento acelerado da economia brasileira pós 1968 se deveu a três fatores básicos: à política de arrocho salarial; à situação da agricultura, pouco capitalizada e à situação favorável do capitalismo internacional. No início dos anos 80, quando se inicia a recente recessão, estes três fatores haviam se alterado: a agricultura passou por mudanças de fundo com a profunda penetração do capitalismo no campo; a crise internacional do capitalismo estava em curso; houve uma perda relativa importante do custo salarial no valor adicionado da produção industrial em favor dos juros, impostos etc. E também houve uma alteração importante na correlação de forças entre o capital e o trabalho.

Estas alterações são a base para a irreversibilidade da crise econômica no país. Sem uma ruptura com o sistema financeiro internacional e mudanças importantes na política econômica atual, o país ficará ao sabor do ritmo da economia internacional para retomar o crescimento. E a crise econômica do capitalismo internacional está longe de ser resolvida.

O máximo que a economia brasileira poderá conhecer são algumas oscilações,

Tancredo e o desemprego

Para uma população economicamente ativa de cerca de 45 milhões, o IBGE calcula que existam cerca de três milhões de desempregados. A taxa de desemprego seria de 7% segundo o IBGE. Uma pesquisa do DIEESE encontrou só na região da grande São Paulo um milhão de desempregados e uma taxa de 16% de desemprego.

A recuperação dos níveis de emprego não é simples. De acordo com cálculos feitos pelo DIEESE, a economia precisaria crescer 8% ao ano até 1992 para se retomar o nível de emprego industrial atingido em 1980!

De acordo com Walter Barelli, do DIEESE, "a recuperação do emprego através da ativação da economia é lenta. A taxa histórica do crescimento do emprego no Brasil é a seguinte: para cada 10% de crescimento do Produto Interno Bruto, o emprego cresce 4%. E 3% ao ano é quanto cresce a cada ano a população economicamente ativa."

Além disso, recuperação econômica não é igual à recuperação do nível de

emprego. Especialmente na atual fase de desenvolvimento do capitalismo, quando há uma aceleração das inovações tecnológicas.

Crescimento econômico e desemprego

Nos setores de ponta da economia, o que há de mais avançado em termos de técnica de produção a nível internacional é aqui aplicado. A automação já bate às portas das indústrias do país. Isto faz com que até mesmo em uma situação de aumento da produção ocorra uma redução do número de horas trabalhadas e do pessoal ocupado.

A tabela abaixo, montada a partir de dados colhidos pela Federação das Indústrias de São Paulo demonstra esta verdade.

Seguramente qualquer retomada do crescimento econômico no Brasil se fará sob uma base tecnológica mais avançada, o que aumentará a diferença entre a taxa de crescimento econômico e do nível de emprego.

Tabela comparativa da evolução do Indicador do Nível de Atividade (INA), do Pessoal Ocupado (PO) e das Horas trabalhadas. (Índice de 1975 = 100)

Ano	Índice	INA	PO	Horas Trab.
76		110,6	106,4	107,0
77		113,4	108,5	106,2
78		124,8	111,4	113,1
79		132,9	115,3	117,2
80		140,9	119,7	122,5
81		128,5	111,5	107,4
82		129,3	106,1	101,0
83		125,9	97,8	90,9
84*		131,3	96,2	* até agosto



manterá o arrocho e o desemprego

recuperações localizadas, temporárias. Como a que está ocorrendo atualmente em alguns setores industriais ligados à exportações.

A elevação da demanda nos EUA, resultado de maciços gastos militares (o que elevou a dívida interna americana para 1,5 trilhões de dólares) estimulou uma elevação da atividade exportadora dos países do terceiro mundo. Todo o crescimento da atividade industrial no país se deu no setor exportador. Para comprovar, basta observar que no mês de abril a produção industrial cresceu, em relação ao ano passado, 3,3% enquanto as vendas caíram 17,8% em São Paulo e 37,3% no Rio (revista **Conjuntura Econômica**, 07/84). A durabilidade da retomada do crescimento no Brasil é inteiramente dependente da retomada da economia americana, que não conseguirá se manter no quadro da crise financeira internacional por muito tempo.

A economia capitalista mundial viverá na sua longa onda depressiva alguns momentos passageiros de limitada recuperação.

E será a esta dinâmica que as classes dominantes no Brasil deverão se ajustar. O que a "Aliança Democrática" pode ter como meta máxima é uma mudança na administração da crise, aguardando

uma recuperação de fôlego da economia mundial que ainda não está a vista.

Manter o arrocho salarial da ditadura

A "Aliança Democrática" não tem chances de mudar substancialmente o quadro econômico legado pelo regime militar.

É neste contexto que podemos compreender as colocações de alguns expoentes da "Aliança Democrática" (que estão à esquerda de Olavo Setúbal) sobre o que devem os trabalhadores esperar da economia com Tancredo Neves. Bresser Pereira, presidente do Banespa, ao discorrer sobre o que Tancredo pode fazer pela economia afirma que "... para manter a inflação sob controle será preciso também que o novo governo administre com prudência os reclamos dos trabalhadores por maiores salários. A redistribuição da renda é uma reivindicação justa mas que pode ser feita através da elevação da carga tributária sobre os mais ricos e pelo direcionamento das despesas públicas em favor dos mais pobres. A redistribuição através de aumentos reais de salários só acelerará a inflação" (revista **Exame**, 31/10/84).

O senador Fernando Henrique Cardo-

so bate na mesma tecla: "... mesmo que não seja possível assegurar ganhos reais aos empregados e trabalhadores, a política econômica do governo Tancredo Neves deverá permitir que se recomponham com perdas sofridas nos meses anteriores, corrigindo-se as distorções do INPC e devolvendo-se integralmente os 100% dos salários corroídos pela inflação".

Não é apontada nenhuma perspectiva de recompor as perdas salariais ocorridas nos vinte anos de regime militar ou mesmo nos anos Figueiredo (ver box sobre salários).

A retórica da "Aliança Democrática"

Ao lado dessas declarações há uma espécie de retórica da "Aliança Democrática" sobre a retomada do crescimento econômico. Já vimos a irrealidade desta retomada no atual quadro mundial. Mas há um outro lado que é o caráter de panacéia que é dado ao crescimento econômico pela "Aliança Democrática".

O crescimento econômico, por si só, não significa fim do desemprego quando mais na sua dimensão legada pelo regime militar. E na etapa atual do capitalismo, o "crescimento econômico" pode

até mesmo significar uma ampliação do desemprego (ver box sobre desemprego). Esta, aliás, é a origem do pedido que a FIESP encaminhou a Figueiredo para que fosse vetada a inclusão de uma comissão de empregados e empregadores para a valer a automação industrial. A burguesia quer as mãos inteiramente livres para se aproveitar da revolução tecnológica.

Outros dois grandes legados do regime, o rombo do INAMPS e a crise do BNH, só podem ter a sua resolução, no fundamental, com a alteração do ritmo da economia: pressupõe uma elevação da massa salarial.

Por ter tão pouco a ceder, é que a "Aliança Democrática" não se propõe a fazer qualquer alteração substancial na estrutura fascista da CLT. No máximo, algumas alterações no que já é letra morta. A camisa de força do movimento operário tem de ser preservada. A ausência de concessões reais, a persistência da crise é que determinam a necessidade para Tancredo de manter todo o aparato repressivo sobre os trabalhadores.

Enfim, o que a transição burguesa sob a batuta de Tancredo Neves promove aos trabalhadores é a continuidade do inferno do arrocho, do desemprego e da repressão.

Tancredo e o arrocho salarial

A diferença entre o salário-mínimo decretado pelo governo (Cr\$ 166.462,00) e o salário-mínimo necessário estabelecido pelo DIEESE (Cr\$ 688.000,00) é uma mostra da herança dos vinte anos de regime militar. Tomando como base o salário-mínimo de 1964 e considerando-o como 100, o valor que ele atingiu em 1983 chega ao índice de 61.

As recentes alterações do decreto-lei 2.065 mantêm a política do arrocho, buscando impedir tanto o reajuste acompanhando a íntegra da inflação como a concessão de aumentos reais.

Pela tabela abaixo é possível visualizar o quanto ganham os empresários mesmo com a nova política salarial, pois para uma boa parcela da classe trabalhadora, sequer o INPC é reajustado integralmente.

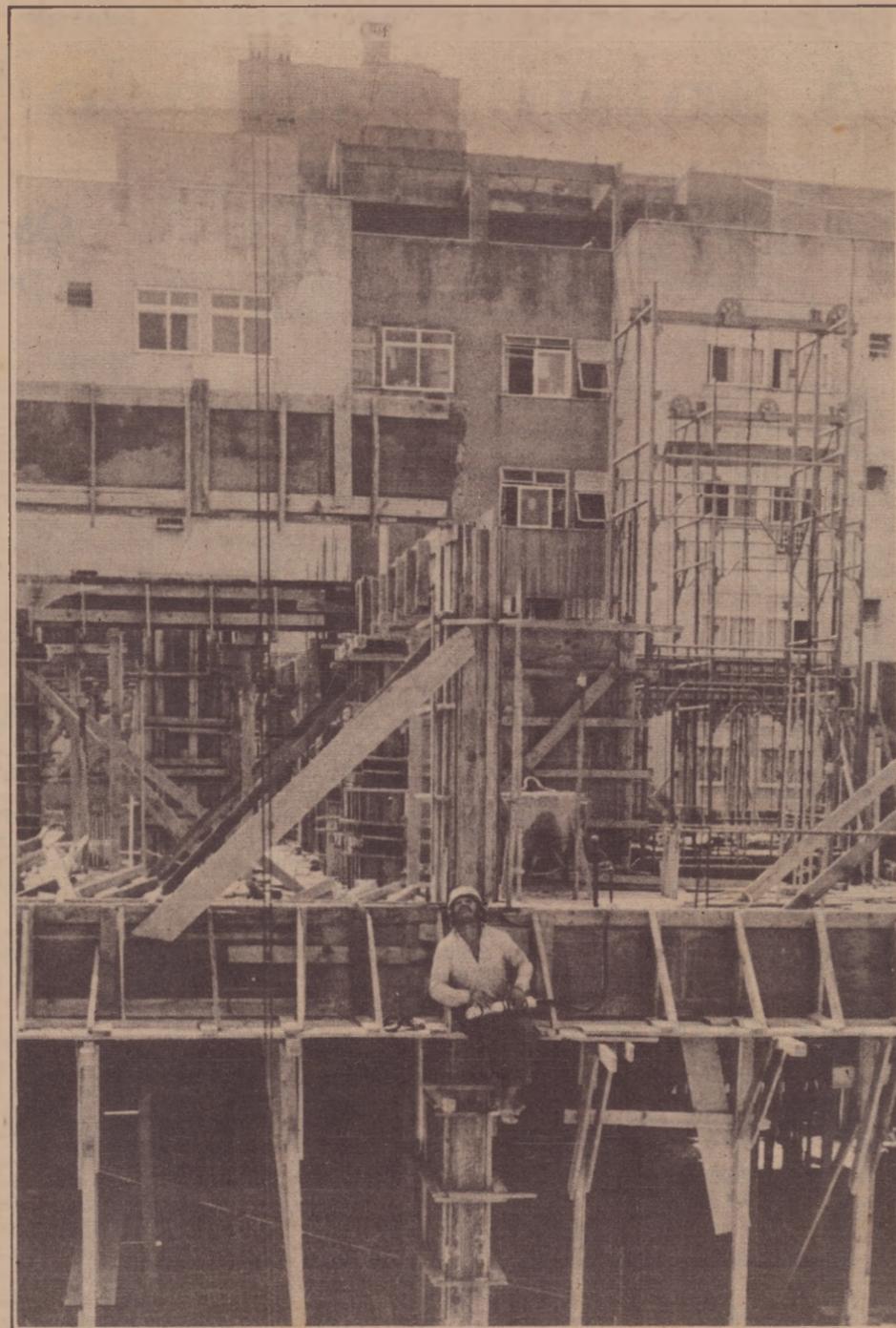
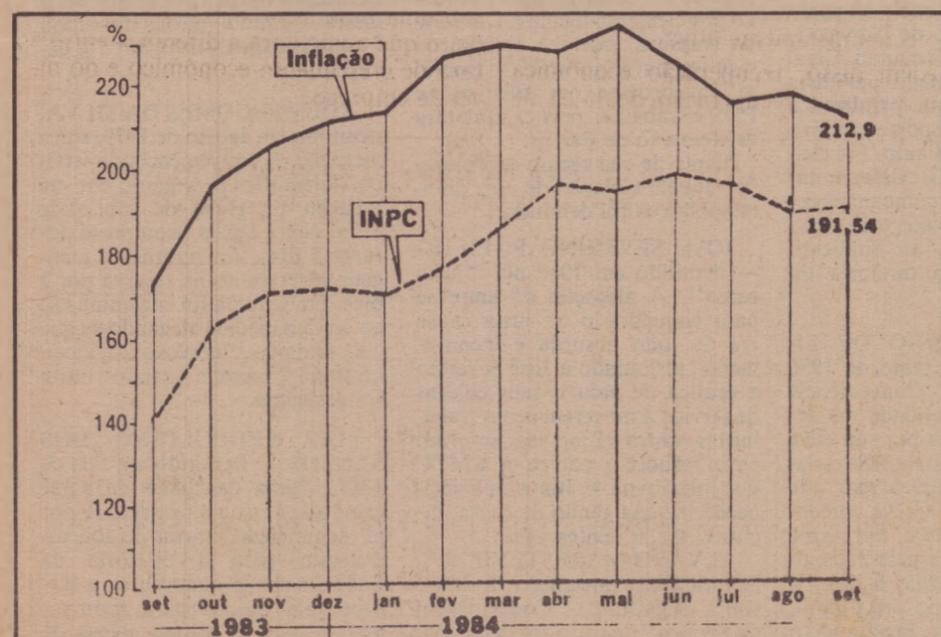
O reajuste de 110% do INPC significa

a recomposição do que a inflação "comeu". Só acima dos 110% do INPC pode-se falar em aumento real do salário.

A mudança na legislação salarial deve ser vista como consequência de fato de ter sido tornado letra morta o decreto-lei 2.065: muitas categorias tiveram reajustes acima do permitido, atingindo 100% do INPC para todos (como os bancários).

Esta pequena atualização da lei salarial já vem sendo superada pela luta de inúmeras categorias de trabalhadores: além de conseguirem reajustes acima do estabelecido avançam na conquista da trimestralidade.

Hoje, a luta do movimento operário não é apenas para evitar a corrosão dos salários pela inflação. Trata-se de lutar por aumentos reais, avançando na reposição das perdas dos últimos vinte anos de ditadura.





Após a invasão, 300 operários saíram em passeata de protesto

Durante as últimas semanas em São Paulo inúmeras fábricas se mobilizaram na luta contra o arrocho. Buscavam arrancar dos patrões conquistas importantes a nível de cada fábrica. A região do ABC, São Paulo, Campinas, São José dos Campos e Osasco foram as principais cidades onde ocorreram estas mobilizações.

De comum, as principais reivindicações: 110% do INPC de reajuste, aumento real de 20%, estabilidade no emprego, reajuste trimestral, comissão de fábrica. Muitos, como os operários da Bendix de Campinas, conseguiram importantes vitórias, rompendo e derrotando na prática o velho 2.065 e a sua nova forma, retocada.

Estas lutas demonstraram um crescimento da organização por local de trabalho.

Em muitas fábricas, a ocupação de

fábrica durante a greve foi utilizada como forma de luta. No atual período do movimento operário é uma forma de aumentar a pressão sobre os patrões e de manter a mobilização de uma maneira mais permanente durante o processo de greve.

A greve já é uma contestação ao poder total do capitalista dentro da fábrica. A ocupação de fábrica de vista pelo padrão como a inversão dos seus valores: quem dá as ordens são os trabalhadores e não ele. Uma outra contestação grave ao seu poder dentro da fábrica.

Apesar de duramente pressionados, os patrões "torcem o nariz" quando ocorre tal processo grevista. E, algumas vezes, utilizam do argumento do "patrimônio ameaçado" para convocar a polícia para desalojar os operários e repor a sua "ordem natural" no interior da fábrica.

No dia 31 de outubro, os patrões da

PM de Montoro fere operários na invasão da Villares

Em uma operação de guerra que durou uma hora, a PM desalojou os operários em greve com bombas.

Villares chamaram as tropas da Polícia Militar para desocupar a fábrica. Cerca de 1.200 operários estavam no interior da Villares, em São Caetano, participando da greve iniciada a 22 de outubro.

O resultado da ação policial foram vários operários feridos, sendo três com ferimentos graves e um ameaçado de perder a vista. Uma verdadeira ação de guerra foi movida contra os operários.

Alguns dias antes, em Campinas, os operários da Fábrica Graber também haviam sido desalojados violentamente pela repressão da Polícia Militar do interior da fábrica.

Os dois episódios demonstram que quando convocados pelos empresários, o governo do PMDB não tem dúvidas: usa a sua polícia a favor dos patrões.

A ação do governo estadual de São Paulo é um nítido desrespeito aos direi-

tos democráticos dos operários e uma demonstração da maneira como ele tem contribuído na luta contra o arrocho salarial.

A semelhança com a ação desenvolvida pelo atual governo de São Paulo com a ação do governo anterior que desalojara, frente aos protestos na época de toda a oposição, os operários da Scania de São Bernardo é flagrante. Semelhante também à ação do governo federal, que em São José dos Campos utilizou a Polícia da Aeronáutica para desocupar a Embraer.

Estes acontecimentos são uma lição ao movimento operário, demonstrando alguns elementos da política que enfrentará mesmo sob o provável governo da "Aliança Democrática": negociações, até certo ponto; a repressão mantida e chamada a atuar quando as pressões e chantagens não surtirem efeito.

A anistia segundo Montoro

Funcionários da Companhia Municipal de Transporte Coletivo de São Paulo lutam pela readmissão após serem despedidos por motivos políticos. E recebem o desprezo de anistiados como Mário Covas, prefeito de São Paulo, e Getúlio Hanashiro, secretário municipal de transportes.

Antes das eleições de 82, o então candidato Montoro comprometeu-se a anistiar todos os servidores do estado demitidos por perseguições políticas. Em particular, quando visitou o Sindicato que representa os trabalhadores da CMTC, assumiu o compromisso público de reintegração de funcionários demitidos injustamente.

Dois anos depois, a luta dos demitidos por motivos políticos da CMTC continua. Os dez funcionários, que perderam seus cargos por perseguição das chefias (muitas ainda sob controle da antiga administração malufista), reivindicam há meses a anistia. Neste período, vêm percorrendo os gabinetes da administração municipal, e a cada passo encontram uma nova surpresa... desagradável, é claro. O prefeito Mário Covas e o secretário municipal de transportes Getúlio Hanashiro, ambos beneficiários da luta popular pela anis-

tia, vem encontrando os mais variados meios para postergar a readmissão e descaracterizar a anistia aos funcionários da CMTC.

Os encaminhamentos do secretário de transportes acabaram levando o caso ao Departamento de Recursos Humanos da CMTC. O relatório do departamento conclui, baseado nos prontuários das chefias, que apenas três não foram demitidos por motivos funcionais. Nem o secretário pode aceitar tal conclusão. Mas, em contrapartida, ele excluiu dois funcionários do processo de reintegração e, pior ainda, definiu que para serem reintegrados teriam que passar por testes de admissão na CMTC. Sem dúvida, uma posição nada digna para um anistiado, como o Sr. Hanashiro.

A luta dos demitidos, portanto, prossegue, exigindo a readmissão sem qualquer condicionante para os dez funcionários.

Os demitidos da CMTC por motivos políticos

ISMAEL ANDRADE DOS SANTOS, demitido em maio de 1970, sob a alegação de abandono do emprego. Ismael foi na verdade, sequestrado na garagem da Vila Leopoldina, no dia 8 de maio de 1970, por agentes da Operação Bandeirantes. Ao retornar a empresa após 3 anos e 3 meses de detenção e tortura, foi-lhe comunicado que havia sido demitido por abandono de serviço, apesar da CMTC ter, obviamente, conhecimento da prisão.

LUIZ GONÇALVES, demitido em janeiro de 1980 sob a alegação de "Conveniência de Serviço". Foi membro do Comando Geral de Greve do Movimento paredista de maio de 1979 que paralizou a totalidade do transporte coletivo por ônibus de São Paulo. Foi eleito pela assembleia Grevista, juntamente com outros companheiros, para representar a categoria junto ao poder público, ao Sindicato das Empresas e a diretoria da CMTC.

PAULO ANTONIO DE LIMA, demitido em maio de 1980 sob a alegação de "Conveniência de serviço". Na realidade sua demissão foi motivada por sua ativa participação na Assembleia salarial da categoria daquele ano, que decidindo-se pela Greve encontrou no companheiro um firme defensor. Foi traído pela ingenuidade quando induzido a dizer o nome e o número do prontuário, o fez sem pestanejar, facilitando o trabalho dos fiscais confidenciais.

DJALMA JOSÉ FERREIRA e ORLANDO MOREIRA foram demitidos em 1982. Ambos foram do Comando Geral de Greve e da Comissão de negociação do Movimento grevista de 1979. Do período compreendido entre julho de 1979 até a data da demissão sofrerá incansável perseguição.

PEDRO ROQUE DIAS, permaneceu apenas 3 meses na empresa. Foi demitido em abril de 81, sob alegação de "Conveniência de Serviço". Ameaçado de demissão por suas declarações em reunião no Sindicato, foi abordado por elemento ligado a Diretoria da empresa, que lhe comunicou que seu emprego seria garantido se concordasse em filiar-se ao PDS e trabalhar pela candidatura de Reinaldo de Barros.

Diante de sua recusa e protesto por aquela violação de seus direitos políticos foi demitido.

JOSÉ SEVERINO F. FILHO — demitido em 1981 por "justa causa". A alegação da empresa para enquadrá-lo na justa causa era de todo absurda e inconveniente, atribuindo a José Severino a prática de induzir seus colegas de serviço a moverem ações trabalhistas contra a Empresa. Severino abriu processo contra a CMTC que julgando na 4ª Junta da Conciliação lhe deu ganho de causa, inclusive a sua reintegração.

ALVARO MARETI VIEIRA, demitido em novembro de 1981, sob a alegação de "Conveniência de Serviço". Alvaro foi demitido, na verdade por sua ativa partici-



pação na campanha das eleições diretas para governadores de Estado. Foi preso no início de 81, picando muro em favor da campanha e acabou chegando tarde na garagem. Logo em seguida entrou em licença médica por estafa por 4 meses. Quando voltou, trabalhou 5 horas, recebeu rendição e foi demitido.

ADEMIR GOMES DA SILVA, demitido em agosto de 1979, sob a alegação de conveniência de serviço. Ademir foi perseguido por sua atuação na greve de junho de 1979. Nesta época ficou preso durante 5 dias. Ao retornar a garagem puseram-no na reserva por 2 dias. Em seguida foi encaminhado ao serviço médico alegando-se que ele andava "nervoso". Ficou afastado 2 meses e quando voltou foi desligado.

LUIZ LEOPOLDINO DOS SANTOS — Demitido em fins de 1983, vítima da chefia da garagem, que passou a persegui-lo por ter denunciado através de abaixo-assinado para a diretoria da CMTC a chefia que recusou a fornecer um ônibus para acompanhar o enterro de um colega de serviço.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloisio Marques, Álvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Hélder, Carlos Henrique Árabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Octaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Sérgio Moura, Virginia Pinheiro.

Jornalista Responsável: Américo Antunes - Reg. MTPS N° 2769.

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo - CEP 05414 Fone: 852-8880 - CGC 46.093.549/0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: R. Guajajaras, 329 - Sala 12 - CEP 30.000; Porto Alegre: R. Fernando Vieira, 618 - loja 4 - Bom Fim - CEP 90.000; Rio de Janeiro: R. Senador Dantas, 117 - sala 1414 - CEP 20.031; Vitória: Caixa Postal 1427 - CEP 29.000; Natal: Caixa Postal 1550 - CEP 59072; Campinas: Caixa Postal 5010 - CEP 13.100.

Tiragem desta edição: 9.000 exemplares.

PT denuncia violência no campo

1984 será lembrado como o ano da explosão da luta dos trabalhadores rurais: a greve de Guariba ficou na história. Lutas se desenvolveram por vários estados: as mais recentes foram as greves dos canavieiros de Pernambuco e Paraíba.

Essa mobilização tem uma importância decisiva para o fortalecimento dos explorados no país, caminhando para impor a sua alternativa social.

O fortalecimento da organização dos trabalhadores rurais e dos camponeses e também da solidariedade dos trabalhadores da cidade é vital para enfrentar a violência da reação patronal e latifundiária às lutas por melhores condições de trabalho e de vida, às lutas pela reforma agrária.

A violência dos exploradores é responsável por 47 assassinatos de trabalhadores rurais no ano de 1984.

Há ainda a violência da precariedade das condições de trabalho. Este ano já morreram 66 trabalhadores rurais em acidentes com os caminhões que os transportam para os locais de trabalho.

A violência impune

A Secretaria Sindical do Partido dos Trabalhadores divulgou uma lista contendo os assassinatos cometidos. A divulgação, segundo a Secretaria do PT se justifica "... pela impunidade que continua vigorando em todas as tentativas de responsabilizar judi-

cialmente todos os assassinos e mandantes de tantos crimes...".

Um regime cuja base social são os patrões e os latifundiários nada fez pra punir os responsáveis e até mesmo foi responsável por violências contra os trabalhadores.

A transição para uma nova forma de dominação burguesa, ainda sustentada nos patrões e latifundiários, pouco alterará a situação dos que lutam nos campos. Afinal com um grileiro de terras e responsável por torturas de líderes camponeses (como Manuel da Conceição) sendo candidato a vice-presidência os oprimidos só podem confiar em sua própria organização.

1984-Assassinatos no campo

Data	Nome	Função	Localidade	Assassinos
07.01	Dimas	Lavrador e peq. comerciante	Marabá-PA	Mutram
10.01	José Cicero dos Santos	Presidente STRs	Viçosa - AL	Cicero Ed. Silva
30.01	Antônio Rodrigues dos Santos	Trabalhador Rural	Paudalho - PE	José F. da Silva, vigia do Engenho Caraubas
23.02	José Gonçalo de Olivera	Trabalhador Rural	Trindade - PE	Adilson e Valdizar Luiz de Alencar
27.02	Reginaldo Teles dos Santos	Lavrador	Três Morros - PA	Pistoleiros de Antonio Coelho
17.03	José Machado	Lavradores	Pio XII - MA	Grileiro Severo
25.03	João Celestino Costa	Família de Lavrador	Canavieiras - BA	Paulo Feitosa
03.04	Maria José Santos (grávida)			
07.04	Adailton Celestino Costa (12 anos)			
25.04	Carivaldo de Souza Oliveira	Lavrador	Cristalina - GO	Sebastião Miguel de Paiva Correa
05.05	Sebastião Pereira de Araujo (menina de 4 anos ferida)			Edilson Augusto de Souza
14.05	Antonio Miguel de Brito	Trabalhador	Alagoa Grande - PB	José Carlos
07.04	José Etelvino da Silva	Lavrador	Ipubi - PE	Marcelo Venturino
25.04	Francisco Machado	Posseiro	Marabá - PA	Geraldo Vicente Nascimento
05.05	Arlindo de Lira Gomes	Trabalhador Rural	São Lourenço - PE	CIB
14.05	Raimundo Nonato de Oliveira	Líder dos Colonos	Matelândia - PR	Otaviano Borges Pessoa
05.06	Daniel Gonçalves de Oliveira	Posseiro	Santa Luzia - BA	Familia Padovani
18.06	José Amaro Macena (Américo)	Lavrador	Canindé - CE	Francisco Figueiredo Paula Pessoa
30.06	José Martins		São Geraldo - PA	
04.07	Três Posseiros desconhecidos		São Geraldo - PA	Coronel Castor
19.07	Mais QUATRO Trabalhadores desconhecidos			
19.07	Agenor Rodrigues Neves	Lavrador	Pimenta Bueno - RO	Dalton Siqueira
22.07	Benedicto Alves Bandeira	Presidente STRs	Tomé Açú - PA	Fazendeiro Acrino
25.07	Raimundo Paulino de Souza	Seringueiro	Rio Branco - AC	Polícia André J. Oliveira
26.07	José Celestino de Souza	Lavrador	Rubelita - MG	Espiridião F. de Medeiros (cobertura policial)
05.08	Manoel Alves de Araujo	Líder Sindical	Inhamuns - CE	Sítio São Benedito
09.08	José Rodrigues (Filha ferida)	Trabalhador Rural	São Félix do Araguaia - MT	José Remi
12.08	Eduardo José dos Santos	Advogado	Salvador - BA	
	Adelino Gomes Moreira	Trabalhador Rural	Xinguara - PA	PM e Funcionário de Nelson Zanela
	Hugo Ferreira de Souza e Jaime	Secretário STRs	Arapoema - GO	Pistoleiro de Gilson Santana
	Joaquim	Trabalhadores Rurais	São Geraldo - PA	(Terra Nova) Pistoleiros de Mutran?
	Cícero e João Coalho			
	José Alves Martins	Trabalhador Rural	Santa Tereza - ES	Vitório Damázio
	Roque Castro	posseiro	São Vicente Ferrer - MA	
	Pitanguá Souza Nascimento	posseiro	Açailândia - MA	
	Benedito Raquel Mendes	posseiro	Santa Luzia - MA	Fazenda Sapucaia
	Benedito Nascimento Batista	trabalhador	Pilar - AL	
	Antônio Nunes da Silva	trabalhador	Dona Inês - PB	Raimundo Idalino

Baleados e espancados

Data	Nome	Função	Localidade	Assassinos
04.01	Olímpio de Oliveira Neves	Lavrador	Caribe - BA	Amaro Failson Filho
07.01	João Rodrigues	Arrendatário	Orizona - GO	Fazendeiro Osvaldo Mazan
14.01	José Nascimento da Silva e Edite Maria da Silva	Trabalhador Rural	Cabo - PE	Juscelino do Engenho Estrela do Norte
05.02	Miguel Alcides	Trabalhador Rural	Carpina - PE	Engenho Pitibu
11.03	José Ribeiro dos Santos	Lavrador	Wenceslau Guimarães - BA	Empresa Lopes Marques
	Irineu Pereira dos Santos	Labrador		
	Laudelino Alves dos Santos	Labrador		
11.03	Francisco Inácio da Silva	Delegado Sindical	Carpina - PE	Engenho Petibu
14.03	Ostragildo Freitas de Andrade		S. Cruz Cabralia - BA	Iva Lee Hartmann
08.05	03 filhos de Manoel Gino da Cruz	Dirigente Sindical	Orobó - PE	Paulo de Dorgival da Fazenda Caiçara
25.05	Manoel Batista de Nascimento	Trabalhador Rural	Engenho Sítio Novo - PE	
28.05	José Alves da Silva		Maraial - PE	José Fonseca Diniz - Vigia do Engenho
05.06	Danilo Debaker		Aripuanã - MT	Vale do Sonho - PM.



Lula defendeu a reafirmação da independência de classe do partido

Diretório convoca pré-convenção nacional

Em uma reunião cercada de expectativas, o Diretório Nacional do PT decidiu reafirmar a posição de boicote ao Colégio e mobilizar as bases do partido para se posicionar frente aos novos desafios da conjuntura. Um passo adiante: o manifesto político aprovado avança na caracterização do caráter de classe da candidatura Tancredo. Um passo a ser dado: o partido adiou a definição sobre a permanência de Airton Soares na liderança da bancada federal, apesar da sua postura flagrantemente desrespeitadora das posições e da democracia do partido.

Sob o impacto das bombásticas declarações dissidentes do líder da bancada federal, Airton Soares, o Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores reuniu-se nos dias 20 e 21 do mês passado em São Paulo para apreciar a conjuntura política e os desdobramentos da posição do partido frente à sucessão.

Airton, já politicamente rompido com o PT, partira na véspera para declarações públicas acusando a direção do partido de manipular a militância, esconder resultados de pesquisa junto às bases e, no auge de suas investidas, chegara até mesmo a dizer que o PT votaria em Tancredo em troca de um ministério, por exemplo, o do Trabalho.

A reunião do Diretório era cercada de grande expectativa pela imprensa, na medida em que a Executiva Nacional já antecipara a proposta que levaria ao Diretório: uma ampla consulta nacional às bases petistas sobre a manutenção ou não da posição de boicote ao colégio eleitoral adotada na pré-convenção nacional de abril passado.

Presente pela primeira vez toda a bancada federal do partido, somada a presença de vários deputados estaduais, a reunião começou com uma avaliação do momento político onde praticamente todos os presentes fizeram uso da palavra e onde predominaram nitidamente as colocações referendadoras da posição de boicote.

Fruto deste primeiro debate foi nomeada uma comissão que elaborou um manifesto político posteriormente aprovado e divulgado à imprensa. Este manifesto reafirma a posição anterior de boicote ao colégio e, aprofundando as razões do não apoio a Tancredo, joga as perspectivas para o futuro da posição petista como de oposição à conciliação das elites tramada hoje pela Aliança Democrática.

Formas de consulta

Num segundo ponto da pauta a discussão concentrou-se nas formas de consulta às bases sobre a manutenção ou não da posição do partido frente ao colégio.

Alguns membros do Diretório entendiam que esta consulta deveria se dar sob a forma de um plebiscito amplo, aberto, chamado inclusive por meios de comunicação como a televisão e o rádio, onde o petista ou simpatizante

do partido seria chamado a se manifestar sobre ir ou não ir ao colégio.

Outros membros do Diretório argumentavam que esta forma teria inconvenientes: ao provável reduzido número de participantes deste plebiscito em relação ao total de filiados, e a redução da discussão política ao empobrecido dilema ir ou não ir ao Colégio. Insistiam que, neste particular, a posição era completamente previsível (a ampla maioria do PT a favor da manutenção da posição). E o importante, a discussão política para armar o partido no enfrentamento da nova conjuntura que se abriria com Tancredo, ficaria extre-

As posições em debate

Os termos das posições que deveriam constar desta consulta, e que afloraram no debate ao Diretório, são resumidamente três: a posição tradicional do PT, de não comparecimento ao colégio eleitoral; a posição oposta, defendida por Airton Soares, de comparecimento ao colégio com o partido se engajando a fundo na candidatura Tancredo inclusive podendo chegar a participar do próprio governo; e uma posição intermediária, defendida pelo secretário geral Francisco Weffort, de comparecimento ao colégio eleitoral somente se

lo; caso contrário, o PT deverá não comparecer ao colégio.

Razões débeis

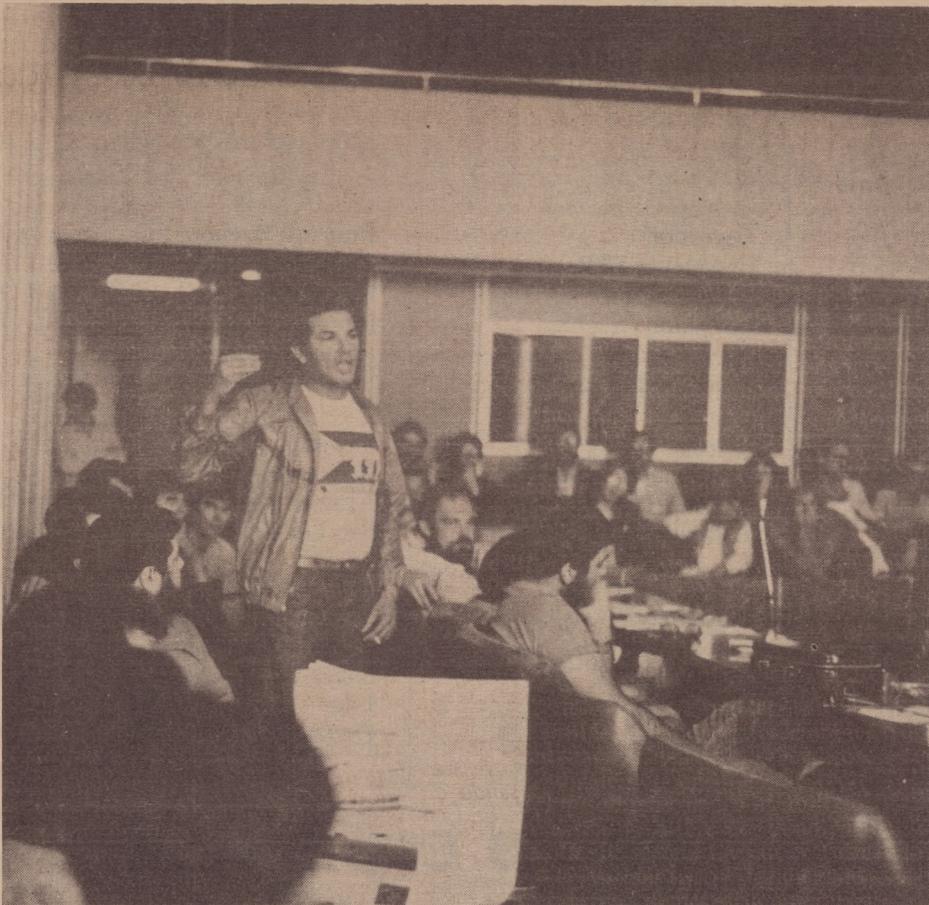
Noutro ponto da discussão era aguardada também com muita expectativa a discussão sobre a liderança do partido na Câmara dos Deputados. Na semana anterior a reunião do Diretório, o deputado Airton Soares colocara seu cargo de líder à disposição do partido numa reunião da Executiva Nacional tal o rumo que vinham tomando as divergências entre o deputado e a direção partidária. Na oportunidade ficou acertado então que na reunião da bancada Airton recolocaria o problema e que ficaria a critério da própria bancada ratificar a decisão da Executiva de aceitação da renúncia e de escolha do novo líder. Mas a reunião da bancada, surpreendentemente, reconduziria Airton ao cargo não aceitando assim sua demissão.

As razões expostas pela bancada perante o Diretório para a manutenção de Airton no cargo de líder foram extremamente débeis: o partido apareceria como autoritário, o Airton como vítima; o problema da divergência está em discussão e ainda não foi fechado dentro do PT etc. No fundo era visível, escondia-se mal disfarçada, a imaturidade de um partido onde a bancada disputa com a direção as iniciativas de condução dos assuntos no terreno parlamentar. E, por esta mesma imaturidade, é que o tema nem sequer entrou formalmente em pauta apesar dos protestos de membros do Diretório.

Ou seja, Airton continua como líder da bancada apesar de não liderar nem a bancada nem muito menos o partido; no caso, trata-se absolutamente do contrário.

Agora é esperar pela realização das pré-convenções e da consulta às bases. Não tanto pelo posicionamento do partido frente ao colégio, onde, como se tem dito, o resultado é completamente previsível. Mas sim pela discussão interna que virá, junto com o debate político, a respeito das relações que devem reger a conduta dos parlamentares subordinando-os efetivamente ao partido.

Só assim o PT dará um novo passo neste terreno, criando as condições para não mais enfrentar o ridículo que é ter uma posição de boicote ao colégio eleitoral ao mesmo tempo em que seu líder na Câmara negocia as condições de barganha para que o partido viesse a apoiar a transição burguesa.



A reunião do Diretório teve a presença maciça de seus membros

mamente prejudicada com a polarização sugerida pela forma do plebiscito.

A discussão desenvolveu-se nestes termos com os prós e os contras e somente ao final da tarde de domingo foi a votos, vencendo a proposta de realização de pré-convenções ao invés do plebiscito. Pré-convenções municipais, regionais e a nacional culminando todo o processo em início de janeiro. Ao mesmo tempo, procuraria-se, a critério de cada Diretório Regional, combinar a pré-convenção com algum tipo de consulta plebiscitária simultânea, aberta para além dos militantes que comumente participam das pré-convenções.

os votos do PT forem estritamente necessários para derrotar Paulo Maluf.

A posição de Airton encontrava uma variante no deputado federal José Eudes, do Rio de Janeiro, o qual entendia que o PT deveria comparecer ao colégio e votar em Tancredo mas apenas para se opor ao malufismo e não cogitando de participação no governo de transição. E a posição de Weffort acabou sendo retirada, no seu lugar surgindo como terceira posição a defendida por Paul Singer: o PT deve lançar um conjunto de propostas a Tancredo e somente se o candidato se comprometer com elas é que o partido irá apoiá-

Especial

PRÉ-CONVENÇÃO NACIONAL DO PT

Avançar na construção da alternativa dos trabalhadores

O Partido dos Trabalhadores começa a preparar a sua pré-Convenção Nacional Extraordinária. A última reunião do Diretório Nacional, ao convocar esta pré-Convenção, reafirmou a posição de boicotar o Colégio Eleitoral e avançou na caracterização da conjuntura e do que representa a candidatura Tancredo. É a partir deste manifesto — cujos trechos principais reproduzimos abaixo — que devemos responder às grandes tarefas que a Plenária tem diante de si.

Faltam alguns dias para a realização da reunião do Colégio Eleitoral que consagrará a exclusão política das massas trabalhadoras do processo de escolha do futuro presidente da República. Reunião que consagrará também a candidatura Tancredo Neves que a grande burguesia nacional e o imperialismo escolheram em peso para dirigir o processo de transição da ditadura militar para uma nova forma de dominação que preserve no fundamental os seus interesses políticos e econômicos.

Correndo contra o tempo, as lideranças da oposição burguesa dedicam-se a duas questões. Por um lado, buscam dar os últimos pontos na costura da aliança entre o bloco burgues de sustentação a Tancredo e o setor militar representado por Figueiredo. Querem assegurar não só uma transição sem e contra as massas, mas também em consonância com o último núcleo da ditadura que ainda não aderiu à (Santa) Aliança Democrática.



Oposição a Tancredo

Por outro lado, Tancredo e companhia, ajudado por setores do movimento operário como o PCB, o BCdoB e até mesmo figuras de expressão dentro do PT, como o líder Airton Soares — tentam fechar o que seria o outro lado do arco, o apoio do PT a este projeto. É uma tentativa que apareceu com força, pela primeira vez, com a proposta de candidatura única das oposições e se desdobrou até sua forma atual e desnuda da Aliança Democrática.

Para resistir e responder ofensivamente a esta situação, o PT não pode fazer outra coisa senão avançar a partir de suas definições

atuais.

A posição de boicotar o colégio eleitoral — que mais do que nunca deve ser reafirmada — representou a afirmação da vontade da classe trabalhadora de independência e não-submissão frente à burguesia, frente à continuidade da opressão e da exploração por outros meios.

É preciso tirar daí consequências políticas. Neste sentido a próxima Plenária deve enfrentar o problema da construção de uma alternativa dos trabalhadores à transição conduzida pela burguesia. Será um momento precioso para começar a definir as bandeiras centrais que devem dar continuidade à luta pela

democracia e, ao mesmo tempo, que bloco de forças sociais queremos construir em oposição ao bloco da traição, a Aliança Democrática.

A pré-Convenção do PT também terá diante de si a grande tarefa de assegurar a unidade de ação do Partido com base na sua democracia interna. Os ataques públicos desferidos pelo líder da bancada federal, Airton Soares, à direção e ao conjunto do partido devem ser respondidos e superados com avanços na própria construção do PT. Avanços que garantam um combate unificado por uma política a serviço dos interesses da classe trabalhadora.

O PT e o momento político

“Consolida-se no país a tendência de a sucessão presidencial culminar no Colégio Eleitoral, hoje regulamentado graças ao acordo entre o PMDB e o PDS, apesar das tentativas de obstrução do PDT e do PT, que resistiu até o último momento. Reduzem-se, assim, praticamente a zero as chances de aprovar uma emenda de diretas-já. O quadro sucessório, portanto, apesar das grandes manifestações da campanha pelas diretas e do saldo político que ela deixou, está definido de acordo com os interesses das classes dominantes. O PMDB, que nas eleições de 1982 já dera um grande passo à direita ao incorporar o PP, deslocou-se ainda mais para a direita quando, decidindo abandonar a campanha das diretas uniu-se a parte do PDS na Aliança Democrática para garantir maioria no Colégio Eleitoral.

Assim transformados, os dois partidos dominantes acabaram por dar-se as mãos para, juntos, regulamentarem o Colégio e promoverem uma sucessão onde ao povo só é reservado o lugar de espectador de um jogo do qual não participa. Agora, 686 delegados ao Colégio vão substituir 60 milhões de brasileiros aptos a votar em eleições diretas, nas quais seguramente os candidatos seriam outros. (...)

Tudo indica que Maluf está derrotado, pois, sustentado pela corrupção e pela violência desses 20 anos de ditadura, representa o lado que se quer superar no regime. Por representar a velharia incômoda da opressão, perdeu bases de sustentação nas

classes que, embora defendam a continuidade do regime, desejam imprimir-lhe uma direção capaz de perpetuar seus interesses. Assim, pode-se dizer que Maluf é hoje um representante minoritário de sua própria classe, a burguesia. (...)

Tancredo, como ele próprio declarou, é a cara nova de 64, contra a subversão, a corrupção, a repressão fora da ordem burguesa. É apoiado pelo maior bloco das classes dominantes já formado no país, sendo o preferido dos grandes empresários, dos banqueiros, das multinacionais, e de uma ala dos militares. Associado ao PDS dissidente, Tancredo não só tenta assegurar a vitória no Colégio como realiza, por outras vias, uma antiga aspiração do general Golbery, um correligionário de Maluf que estimulou a fundação do PP. Ou seja, a manobra de isolar setores populares e de esquerda representados também no PMDB. Basta ver que lideranças oposicionistas do Nordeste, que sempre combateram as oligarquias e o latifúndio, encontram-se hoje em contragosto, submetidas ao esquema político dos governadores do PDS, na grande maioria partidários de Tancredo.

Balaio de gatos e ratos

Este processo de tentativa de destruição do setor oposicionista do PMDB é favorecido pelo conformismo de partidos de esquerda que não conseguiram ainda compreender quem são seus aliados fundamentais em um país empobrecido e de gente explorada como o nosso povo. O antigo balaio de ga-

tos que era o PMDB converteu-se, com a Aliança Democrática, num grande balaio de gatos e ratos.

Na medida em que a Aliança Democrática, com Tancredo e Sarney, tem quase que consolidada sua vitória no Colégio Eleitoral, o antimalufismo tende a declinar, a despeito das especulações prorrogacionistas e das ameaças de golpes que o PT desde já denuncia e repele. Desse modo, Tancredo dá o tom da campanha indireta e vai aos poucos vestindo a farda para poder tomar posse em março de 1985. Os partidos clandestinos são convencidos a ficarem mais clandestinos e a recolherem suas bandeiras nos comícios, para não provocar os militares; o golpe de 64 é defendido em seus ideais, para pacificar e tranquilizar os militares. (...)

Esta guinada à direita da candidatura da Aliança, que de democrática só tem o nome, busca consolidá-la com o aval do Planalto, com a aceitação dos militares. Ela pretende, igualmente, estancar as reivindicações populares dentro dos limites tolerados pelo regime, que não mudará no fundamental. Por isso, Tancredo não pensa em reforma agrária (afinal, como dividir as terras de seu próprio vice?); não rompe com a política do FMI (Fundo Monetário Internacional); propõe um SNI (Serviço Nacional de Informações) à paisana; mantém a LSN (Lei de Segurança Nacional); convoca os trabalhadores para a colaboração com os patrões; e, num passe de mágica, adia qual-

quer solução de compromisso, remetendo-as para o Congresso de 1986, que promete transformar em “Constituinte”.

Por isso tudo, é um grave erro político imaginar que haverá condições para, no interior do governo da Aliança Democrática, empurrar o bloco das classes dominantes em direção ao centro ou à centro-esquerda. Como é igualmente ilusório supor que, sem a “legitimação” do voto no Colégio Eleitoral, fica impossível fazer oposição ao governo ali nomeado.

Contra a chantagem do malufismo e o projeto de transição proposto pelas classes dominantes, o PT reafirma sua disposição de boicotar o Colégio e de não participar da votação indireta de 15 de janeiro de 1985. O PT conclama todos os seus militantes, os setores populares, sindicatos, correntes partidárias, entidades a se contraporem ao regime autoritário e ao pacto das elites, a fim de darem um sentido à ação das oposições e à luta pela democracia. Para que esta ação se efetive, é preciso que o PT e as demais forças democráticas e populares se articulem em torno de um programa comum, abrindo o caminho à participação crescente dos trabalhadores e de suas organizações no debate e nas decisões dos problemas do país. Temos que unificar nossa ação no sentido de conformar uma plataforma comum de lutas sociais, políticas, no plano sindical, das lutas populares e do Parlamento. (...)

Diretório Nacional do
PARTIDO DOS TRABALHADORES

Não apoiaremos o candidato dos patrões

As classes dominantes apoiam Tancredo. E dão este apoio com consciência e segurança. Mas há quem no PT defenda que o PT tome o mesmo caminho das classes dominantes.

A menos de sessenta dias das eleições no Colégio Eleitoral, Tancredo Neves, candidato da "Aliança Democrática", desponta claramente como o favorito. Com uma maioria de mais de cem votos sobre Maluf, caminha ao que tudo indica para ter dois terços dos votos no Colégio.

Esse favoritismo no Colégio Eleitoral corresponde a uma base política real: Tancredo conta com o apoio de forças largamente mais amplas e poderosas do que Maluf. Reune o apoio e a simpatia de 20 governadores.

A candidatura Tancredo rachou as forças do regime. Trouxe para si o apoio do vice-presidente da República, do ex-presidente do PDS, dos inúmeros chefes das oligarquias regionais do nordeste como Antonio Carlos Magalhães e Roberto Magalhães.

No campo militar, Tancredo conta com o respaldo do ex-ditador Geisel e de largas parcelas de oficialidade. O projeto de um golpe para evitar a vitória de Tancredo no Colégio Eleitoral está hoje isolado nas próprias Forças Armadas.

O ex-governador de Minas conta também com o apoio quase unânime dos setores mais importantes da burguesia. Entre outros, conta com a sustentação de Antonio Ermírio de Moraes (do maior conglomerado da indústria nacional, Votorantim), de Olavo Setubal (Itaú), Abílio Diniz (Grupo Pão de Açúcar), Walter Moreira Salles (Unibanco) e da maioria dos diretores da mais poderosa entidade patronal do país, a Federação das Indústrias de São Paulo. Conta também com o apoio do imperialismo que vê em Tancredo uma alternativa mais confiável e segura para dirigir o Estado brasileiro.

Por fim, a candidatura de Tancredo é também impulsionada pelos principais meios de comunicação do país: a rede **Globo**, **O Estado de São Paulo**, as revistas **Veja** e **Isto É**, a maior parte dos jornais de circulação regional do país.

Tancredo recebe ainda o apoio das correntes reformistas do movimento operário como o PCB, o PC do B e o MR-8.

Maluf, além de uma situação minoritária no Colégio, está isolado hoje nas próprias classes dominantes e é alvo, por onde vai, de legítimas manifestações de repúdio popular.

Por que Tancredo obtém o apoio dos setores mais expressivos e poderosos das classes dominantes?

A resposta é simples: porque Tancredo responde à necessidade vital para as classes dominantes de construir um novo regime político, uma nova forma de dominação. A ditadura

As classes dominantes apoiam em peso a Tancredo porque ele responde à necessidade vital para elas de construir um novo regime político; uma nova forma de dominação.

ra militar, regime que assegurou o desenvolvimento do capitalismo brasileiro nos últimos vinte anos, vive há algum tempo uma crise profunda. Não consegue ser mais um canal de coesão e unificação das classes dominantes e, enfraquecida e desgastada, já não consegue ser um instrumento eficaz de controle do movimento de massas.

O candidato Tancredo Neves promete às classes dominantes operar a transição da ditadura militar para uma democracia burguesa, restrita e controlada, que garanta no fundamental os interesses econômicos e políticos do imperialismo e da grande burguesia nacional.

Mais do que isso, Tancredo Neves promete realizar esta transição diminuindo ao máximo os riscos para as classes dominantes. Para isso, o PMDB, liderado por Tancredo Neves, golpeou o movimento de massas pelas diretas já, assumindo a participação no Colégio Eleitoral. Para que se faça uma transição conservadora e anti-popular, uma eleição sem povo. E, por fim, no Colégio Eleitoral traz para o

seu futuro governo setores importantes do regime. Aos militares, promete "defender os ideais de 64" e não punir os corruptos e assassinos e torturadores; ao imperialismo, promete a lealdade ao FMI; à burguesia propõe a retomada do crescimento econômico com a continuidade do arrocho; às oligarquias do PDS promete cargos no governo.

As classes dominantes apoiam Tancredo. E dão este apoio com consciência e segurança. Há no PT quem defenda que o partido deve fazer o mesmo que as classes dominantes: apoiar Tancredo no Colégio Eleitoral.



Um balanço necessário

A campanha das diretas mostrou a validade do velho princípio da classe operária, extraído das experiências vitoriosas de luta: golpear juntos, marchar se parados.

As vésperas de votação da emenda Dante de Oliveira, o então governador de Minas, Tancredo Neves, declarava que as diretas não passariam. Ele dava início a uma mudança de cenário, concretizada algum tempo depois, e que visava, acima de tudo, reverter o perigoso curso que estava tomando a mobilização pelas diretas-já.

Embora ainda sob controle dos partidos e governadores de oposição, as grandes manifestações de massa começavam a exigir a ruptura com os vinte anos de ditadura e ameaçavam extravasar os limites do campo parlamentar de luta. O prestígio adquirido pelo PT e por Lula era um forte indicador desta tendência. A continuidade da campanha na forma e no ritmo que vinham tendo seguramente abriria um campo favorável a desdobramentos que só o movimento operário e popular teria interesse e condições de realizar: um processo de ruptura com a ditadura, a partir da mobilização das massas.

É em função deste risco que a burguesia "democrática" deu o toque de recolher. A declaração de Tancredo será seguida de uma outra atitude, lançada pelo governador Montoro após a votação da Dante de Oliveira: a proposta de candidatura única das oposições. De início "ambivalente", esta proposta, lançada num momento de derrota e de vacilação das forças mais conseqüentes na luta pelas diretas-já, tem um efeito desmobilizador e confusionista. Com ela a oposição liberal ganhou um tempo precioso e conseguiu envolver até mesmo o PT na discussão do mito de que um candidato confiável ao regime e método de luta não contestadores seriam as chaves para a conquista das diretas-já e das mudanças exigidas pelo povo.

O PT ainda despreparado para a luta política

Este processo não evidencia apenas os li-

mites do compromisso democrático da burguesia. Para nós devem servir de lição também em outro aspecto: a necessidade de um partido operário, com o PT, ter uma política independente frente aos partidos do patronato e particularmente de que este partido precisa lutar, no curso de qualquer mobilização conjunta com outras forças sociais, para desenvolver as formas de luta e organismos próprios do movimento operário e popular. O velho princípio extraído das experiências vitoriosas de luta da classe operária, continua atual: golpear juntos, marchar separados.

Na campanha das diretas estas questões se colocaram de forma flagrante.

Em primeiro lugar, as grandes mobilizações criaram a possibilidade de radicalizar as formas de luta, superando, pela crescente confiança das massas nas suas forças, a sua canalização para o desacreditado parlamento. Ao PT faltou a iniciativa de impulsionar a unidade de todos os trabalhadores, através da CUT e da pressão sobre o Conclat, no rumo da deflagração da greve geral pela conquista das diretas.

Em segundo lugar mas não menos importante, a presença na campanha, lado a lado, de dois discursos — o dos liberais e o dos trabalhadores — conjuntamente aliados, exigiram a preparação do Partido dos Trabalhadores para dar conseqüência política ao antagonismo dos interesses proletários e burgueses. Exigiram a difusão do programa de lutas dos trabalhadores e o lançamento de um candidato a presidente que o representasse e combatesse para unir todos os proletários sob esta bandeira.

As lições deste processo são preciosas para o aprendizado político do nosso partido. Frente a uma nova conjuntura são elementos insubstituíveis para a elaboração de nossa política atual.

luf. Tal argumento é em si mesmo mistificador: porque para acontecer isto a situação política do país seria outra; o próprio caráter das candidaturas seria outro. Para Maluf ameaçar a vitória de Tancredo seria necessário que ele, pelo menos, unificasse 80% do PDS, isto é, seria necessário que não existisse o processo de desagregação do partido da ditadura que é expressão direta de sua crise. A candidatura Tancredo não seria mais uma candidatura de transição mas ganharia um perfil de oposição — mesmo que burguesa — ao regime e assim por diante.

Uma outra linha de argumento defende que o PT se engaje na "Aliança Democrática" (e no futuro governo Tancredo) como forma de contrabalançar os apoios à direita que Tancredo recebe. É a posição do deputado Airton Soares.

Sem dúvida, esta defesa da ida ao Colégio Eleitoral é ainda mais perigosa. A candidatura de Tancredo é solidamente burguesa e conservadora. É uma absurda mistificação afirmar que o apoio do PT a Tancredo, junto com outras forças do movimento operário, o puxará para a esquerda. Trata-se de um problema de qualidade: o apoio do PT a Tancredo não alteraria o caráter da candidatura Tancredo; em compensação, alteraria a natureza do PT, o fato de ser um partido que foi construído na defesa da independência política de classe e que nasceu para defender os interesses dos trabalhadores.

Se os votos dos deputados do PT não têm um peso decisivo para influenciar o resultado das eleições no Colégio Eleitoral por que está sendo feita tanta pressão para que o partido apoie Tancredo?

É uma absurda mistificação afirmar que o apoio do PT a Tancredo, junto com outras forças do movimento operário, o puxaria para a esquerda.

A razão da existência destas pressões é simples. As classes dominantes sabem que o PT, apesar de ter pouca influência parlamentar, tem uma influência poderosa no movimento sindical, principalmente nos centros mais avançados da luta de classes. Sabem que o PT tem uma influência importante em São Paulo e que a liderança de Lula cresceu bastante com a campanha das diretas.

Por isso querem que o PT vá ao Colégio par legítimar o processo de escolha do futuro presidente. Querem que o PT apoie Tancredo como forma de garantir um apoio importante para o seu futuro governo no movimento sindical e popular. Este apoio seria fundamental pois, junto com os setores reformistas, garantiria a contenção do movimento operário durante o processo de transição burguesa que se fará no contexto de uma grave crise econômica.

É este todo o significado político que tem a manutenção da posição original do PT, deliberada em convenção e reiterada por esmagadora maioria de votos na última reunião do Diretório Nacional do partido.

O PT é o único partido que defende hoje o boicote ao Colégio Eleitoral. E essa posição, além de significar a denúncia deste processo espúrio, retoma a defesa da bandeira das diretas já, reivindicação democrática mínima e que foi responsável pela maior mobilização de massas que o país já assistiu em sua história. Esta posição prepara o partido para a luta pela democracia que continuará tendo um papel fundamental após a eleição no Colégio Eleitoral.

O PT é o único partido de oposição que não apoia a candidatura Tancredo. E esta posição vem junto com a denúncia do caráter conservador e retrógrado desta candidatura, da qual os trabalhadores só podem esperar prejuízos e desilusões. O PT desde já afirma a sua condição de oposição ao governo conservador de Tancredo.

Seremos oposição a Tancredo

O PT é o partido que se apresenta em melhores condições para polarizar o amplo descontentamento das massas com o governo da "Aliança Democrática".

Pelo tipo de alianças em que se apoia, pelo programa que apresenta Tancredo não promoverá reformas importantes da política econômica, enfrentando o arrocho e o desemprego. O desempenho de seu governo nesta área estará seriamente comprometido pela continuidade da crise econômica e por seus compromissos com a grande burguesia imperialista e nacional, financeira e industrial.

É no campo político que o governo Tancredo terá as suas iniciativas mais importantes. Sem sofrer o profundo desgaste acumulado pelos governos da ditadura militar, Tancredo já conta com um apoio quase unânime entre as classes dominantes, além do apoio do PCB, do PC do B e do MR-8. Isto lhe dará maioria importante no Parlamento, lhe permitirá tomar iniciativas e manobrar no sentido de isolar os que se opõem a seu governo.

Como poderá o PT ocupar o campo da oposição à esquerda ao governo Tancredo, tornando-se uma alternativa real perante as massas?

Tancredo subirá ao governo através do Colégio Eleitoral, contrariando a principal reivindicação democrática das massas, a realização de eleições diretas já. E o principal ponto do seu programa de governo será a transformação do Congresso eleito em 1986 em um poder constituinte, no sentido de criar instituições e leis burguesas mais estáveis e legítimas frente à população.

Assim como foi o partido mais combativo na campanha pelas eleições diretas-já, o PT deve sair à frente na luta pela convocação de uma Assembléia Constituinte que seja realmente livre, soberana e democrática.

De acordo com seus próprios planos, Tancredo, nos seus dois primeiros anos de governo, terá nas suas mãos todos os instrumentos de repressão sobre as massas que a ditadura em vinte anos criou. Para os que igualam Tancredo a democracia, é preciso lembrar que nenhuma lei repressora foi abolida (da Lei de Segurança Nacional à lei de greve) e que todo o aparelho de repressão da ditadura (do SNI à Polícia Federal) continua de pé, está intocado. Tancredo usará estas armas contra o movimento operário-popular, sempre que julgar necessário e na medida exata para conter e isolar a contestação a seu governo.

De maneira semelhante, a concessão de poderes constituintes ao Congresso eleito em 1986 estaria longe de ser uma Assembléia Constituinte Livre, Soberana e Democrática. Com esta proposta, fica claro que não se trata de romper com a ordem vigente mas de reformá-la a partir de um ponto de vista conservador. O Congresso de 1986 será eleito através da atual legislação eleitoral, extremamente anti-democrática e excludente. Só para lembrar: a legislação atual não permite a legalidade de várias correntes e partidos hoje clandestinos, nega o voto aos analfabetos, soldados e marinheiros, distorce violentamente a representação no Congresso a favor das regiões politicamente mais atrasadas, permite todo tipo de corrupção eleitoral. O acesso aos meios de comunicação, de acordo com a nova lei aprovada, será proporcional às bancadas atuais dos partidos, o que significa uma violenta discriminação para partidos como o PT.

Enfim, o objetivo de Tancredo Neves é formar um Congresso conservador para votar leis conservadoras de reforma das instituições da ditadura.

O PT está diante do desafio de se firmar como o partido que luta de forma mais conse-

qüente pela democracia. Assim como foi o partido que lutou de forma mais coerente e profunda pelas eleições diretas já, assim como denunciou a participação dos partidos de oposição burguesa no Colégio Eleitoral, o PT deve sair à frente na luta pela convocação de uma Assembléia Constituinte que seja realmente livre, democrática e soberana. Isto significa desde já denunciar como espúria e antidemocrática a proposta de dar poderes constituintes ao Congresso eleito em 1986.

Além disso, inúmeros servidores da ditadura continuam a ocupar postos nas Forças Ar-



madas, na Polícia, no Judiciário, para nem falar do Congresso, sendo que inúmeros ocupam lugar de destaque na "Aliança Democrática". O governo Tancredo não fará nada contra eles apesar de que transgrediram inúmeras vezes até as leis vigentes. Mas é claro que não é verossímil que todas estas figuras se tenham convertido à democracia, e que a sua permanência em cargos de autoridade é uma ameaça permanente. Em qualquer oportunidade em que sintam o sistema ameaçado, desfecharão, se puderem, um novo golpe. Afastar esta gente não é medida de "revanchismo", mas de auto-defesa — elemento da democracia.

Os servidores da ditadura que ocupam cargos eletivos deverão ser afastados pelo voto. Já os que têm cargos nas Forças Armadas, na Polícia, no Judiciário só sairão se submetidos a julgamento pelos crimes cometidos: esta deve ser nossa proposta.

Tancredo governará tendo como companheira a crise econômica. Por seus compromissos com o imperialismo, não romperá com o FMI. Por seus compromissos com o grande capital, será impotente para atacar a inflação e a especulação.

Por isso, Tancredo não fará uma política de recuperação dos salários deprimidos após vinte anos de arrocho. Seu governo não será uma barreira ao crescimento do desemprego pois, seguindo o FMI, não terá espaço para praticar uma política vigorosa de crescimento econômico. Herdará duas bombas com explosão marcada, o BNH e o INAMPS, ambos à beira do colapso.

Apesar disso, Tancredo proporá uma trégua ao movimento operário em nome da "consolidação da democracia", isto é, de seu governo. Utilizará os seus aliados no movimento operário — o PCB, o PC do B e o MR-8 — como um instrumento de contenção do movimento. Procurará isolar os setores combativos seja dialogando com o "sindicalismo confiável", seja utilizando a repressão. Fará do ministério do Trabalho uma agência de cooptação e de difusão da conciliação.

O PT, diante disso, deve ter uma política de

mento operário em torno à idéia da união nas lutas dos trabalhadores contra o governo burguês de Tancredo e os patrões.

Impulsionar a unidade operário e popular

A candidatura Tancredo ao Colégio Eleitoral nasceu rompendo com as estruturas partidárias dos dois maiores partidos burgueses do país, o PMDB e o PDS. O futuro governo Tancredo, apoiado na "Aliança Democrática", se organizará aprofundando essa dinâmica: não será o governo de um partido mas de uma ampla frente burguesa. É evidente que, a partir daí, todo o quadro partidário burguês caminhará para uma redefinição.

Os dissidentes do PDS, reunidos na "Frente Liberal" já ensaiam iniciativas do sentido de conformar um novo partido. O PDS, sem poder, irá de vez para a sepultura. O PMDB, hegemônico pelo ex-PP, sofrerá novos realinhamentos. O PDT buscará dar o salto para se constituir em um partido efetivamente nacional, provavelmente atraindo setores parlamentares do PMDB, e até do PT.

Será fundamental para o PT impulsionar uma política de unidade com todas as forças e setores sociais que potencialmente buscarão uma alternativa à esquerda ao governo Tancredo.

Além disso, o PCB e o PC do B procurarão dar mais ofensiva a suas campanhas pela legalidade.

O PT, apesar de todas as suas debilidades e deficiências, é hoje o único partido que se apresenta de forma mais sólida neste momento decisivo da política brasileira. Isto cria possibilidades para que o partido, neste período, a partir de uma política correta, cresça a sua força, aumente a sua influência social e parlamentar, atraia novos setores populares.

Por isso, é preciso ter neste período uma política ofensiva de construção do partido.

Este esforço para crescer e consolidar o PT não responde, porém, aos desafios colocados para o partido. É muito provável que o ritmo de descontentamento com o governo Tancredo crie um campo de opositoristas no movimento operário e popular, bem como o nível de parlamentares combativos, que não reconhecem ainda o PT como alternativa de construção partidária. Enfim, a necessidade de apresentar perante as massas uma alternativa real ao governo Tancredo estará colocada antes de o PT ser visto pelo conjunto dos trabalhadores como o partido que representa os seus interesses.

Assim, é fundamental impulsionar uma política de unidade com todas as forças e setores sociais que potencialmente buscarão uma alternativa à esquerda ao governo Tancredo. Esta unidade no campo operário e popular deve ter como referência as bandeiras que já fazem parte do patrimônio do movimento operário-popular: o rompimento com o FMI, a defesa da reforma agrária, pela liberdade e autonomia sindical, pelo salário mínimo nacional unificado de acordo com os índices do DIEESE, pela jornada de 40 horas sem redução do salário.

Ela deve ser construída, no primeiro momento, a partir de iniciativas táticas unitárias no movimento de massas e no campo parlamentar. A organização deste bloco operário-popular não pode ser entendida como um substituto à construção do PT mas pelo contrário: ela exige o fortalecimento do PT.

Será fundamental neste sentido a tática de frente única, isto é, através de negociações na cúpula e pressões na base, estabelecer uma dinâmica de unidade nas lutas contra o inimigo comum.

Agora, com as antigas oposições burguesas no governo, a tendência é haver uma polarização classista mais evidente na conjuntura. Será criado um campo mais favorável para a aplicação da frente única dos trabalhadores.

O PCB, o PC do B e o MR-8 sempre defenderam o apoio às oposições burguesas como forma de "lutar" contra os governos da ditadura militar. Agora, com as antigas oposições burguesas no governo a tendência é haver uma polarização classista mais evidente na conjuntura. Será criado um campo mais favorável para se exercer uma pressão nas cúpulas e nas bases dos setores conciliadores no movi-

Atualidade da luta pelo socialismo



Só com a liderança da classe operária, reunindo o conjunto dos setores populares, se pode enfrentar o imperialismo, fazer uma reforma agrária radical e implantar uma democracia de massas no país.



Não há muitas dúvidas de que o programa, as intenções, a composição da "Aliança Democrática" não buscam resolver as grandes questões da sociedade brasileira, como a questão nacional, a questão agrária, dar condições satisfatórias de vida ao povo. Os que apoiam a "Aliança Democrática" justificam o seu apoio dizendo apenas que é

a forma possível da "transição democrática".

Mas o mínimo que podemos dizer é que a "Aliança Democrática" concebe a "transição democrática" de maneira muito particular: dando o máximo de "garantias" à ditadura e aos seus representantes de ontem e de hoje, chegando até a adotar a roupagem dos "ideais de 1964"; e reduzindo ao máximo o espaço para os setores populares, chegando ao ridículo de perseguir bandeiras vermelhas em comícios e a baixar o pau em setores que a apoiam. Se a "Aliança Democrática" não é um caminho para resolver a questão nacional e a questão agrária, também não é um caminho para resolver a "questão democrática" do ponto de vista das massas trabalhadoras.

Enganam-se os que pensam que estas limitações da "Aliança Democrática" se explicam pelas injunções do momento. Na verdade, expressam algo muito mais profundo. Se Tancredo está conseguindo unificar praticamente toda a classe dominante com a sua candidatura, é porque representa de modo bastante confiável seus interesses fundamentais. E as limitações da "Aliança Democrática" expressam, na verdade, as limitações históricas da burguesia brasileira.

Burguesia dependente

Como outras burguesias chegadas muito tardiamente à cena histórica, a burguesia brasileira é incapaz de dirigir um processo de "revolução democrática" que possa resolver as grandes questões postas já pelo próprio desenvolvimento do modo capitalista de produção: a questão agrária (fazendo uma reforma agrária profunda), a questão nacional (garantindo a independência frente ao imperialismo), a questão democrática no seu sentido mais amplo. A burguesia brasileira nunca será capaz de liderar algum processo como o da Revolução Francesa ou da Revolução Americana. A participação na campanha das diretas já foi uma ousadia bastante grande para nossa classe dominante.

Isto significa que o capitalismo brasileiro, que se desenvolve desde o início como um capitalismo dependente, não será capaz de superar esta condição. Pode crescer, desenvolver-se, mas sempre como capitalismo dependente. Não teremos no país um desenvolvimento capitalista autônomo, capaz de distribuir melhor a renda, de superar os desequilíbrios regionais.

Claro que a política econômica atual não é a única possível. Um governo brasileiro com alguma representatividade poderá negociar com o FMI em condições algo melhores, poderá ter uma política salarial menos escorchante, diminuirá as mamatas que aparecem todos os dias nos vários escândalos, etc. Mas de qualquer maneira, uma política econômica que se mantenha nos limites do capitalismo manterá a dependência, será extremamente precária no que diz respeito às condições de vida das massas.

O papel da classe operária

Uma política no Brasil de enfrentamento do imperialismo, de reforma agrária radical, de atendimento às reivindicações básicas dos trabalhadores, de participação democrática das massas terá de passar por cima de todas as frações significativas da burguesia brasileira e iniciará um processo de rompimento com o capitalismo. Uma política assim só poderá ser aplicada sob a liderança da classe operária, reunindo o conjunto dos setores populares.

Por esta razão não lutamos por um governo burguês mais progressista, mas sim por um Governo dos Trabalhadores. Pode haver vários tipos de governos da burguesia, melhores ou piores, mais ou menos "populares" (na verdade populistas), mas nenhum que avance na solução dos grandes problemas. Apoiar algum governo da burguesia com o argumento de que seria "menos ruim" nos afastaria de nossos objetivos fundamentais.

Nosso esforço estratégico vai no sentido de criar condições para que os trabalhadores assumam a liderança das lutas sociais, cheguem ao governo, e dirijam o processo de transformações sociais, de ruptura com o capitalismo e de construção do socialismo. Claro que podemos e devemos apoiar medidas parciais, até mesmo porque é na luta por elas que os trabalhadores irão forjando a sua consciência e a sua organização, criando condições para lutarem pelo seu governo. Claro que temos de fazer muitas alianças, parciais e episódicas, inclusive com a burguesia. Mas não podemos apoiar nada que nos desvie do nosso objetivo fundamental, que confunda a consciência de classe dos trabalhadores e dificulte a sua organização independente — como obrigatoriamente acontece com um apoio a um governo da burguesia.

Nas lutas que o movimento operário vem desenvolvendo desde 1978, a Central Única dos Trabalhadores e o PT são as principais conquistas. O PT é o único partido brasileiro comprometido com a luta dos trabalhadores e com a sua independência política. Nosso partido deve avançar junto com o proletariado orientando e dirigindo as suas lutas, estimulando a sua auto-organização, reforçando a sua confiança em suas próprias forças, favorecendo a sua coesão política e ideológica. Avançando nesta direção, os trabalhadores estaremos nos apresentando cada vez com mais força como proponentes de uma alternativa socialista.

Por tudo isto a discussão que ora se trava no partido tem uma importância fundamental. Não está em jogo apenas um problema tático — como o partido deve se comportar diante do Colégio Eleitoral — mas problemas tão decisivos como o que podemos esperar da burguesia brasileira, se devemos reforçar a independência política dos trabalhadores ou sacrificá-la para facilitar uma "transição democrática", toda a nossa orientação estratégica.

Os três erros de Airton Soares

A próxima convenção do partido deverá tomar medidas severas para garantir a democracia no partido.

O comportamento recente do deputado Airton Soares, líder do PT na Câmara Federal, é inaceitável por três razões fundamentais.

Em primeiro lugar, como líder do partido, o deputado devia encaminhar as posições do partido, e não suas próprias posições, contrárias às do partido. Naturalmente, ele poderia discordar do partido. Mas neste caso, em se tratando de questões fundamentais, a primeira coisa que deveria fazer seria renunciar a seu cargo de líder, abrindo caminho para que fosse indicado um líder que representasse as posições do partido. Errou o deputado Airton Soares, que aceitou continuar na liderança, errou a bancada federal, que manteve o líder.

Em segundo lugar, divergindo do partido em questões fundamentais, o deputado Airton Soares deveria abrir uma discussão a respeito, mas uma discussão que privilegiasse o próprio partido, e não a grande imprensa. Da maneira como tem encaminhado o

debate, o deputado Airton Soares não tem agido como quem busca vencer o conjunto dos filiados ao partido da justiça das suas posições, mas como quem se aproveita do acesso adquirido junto à grande imprensa (em parte em decorrência de sua própria condição de líder do partido) para pressionar o PT.

Em terceiro lugar, errou o deputado quando declarou repetidas vezes que de qualquer maneira irá ao Colégio, qualquer que seja a decisão da convenção. Estas declarações são uma verdadeira provocação.

O que é democracia no partido?

A grande imprensa tem procurado passar a idéia de que o comportamento do deputado Airton Soares (e numa menor medida do deputado José Eudes) é um comportamento normal, "democrático", e que o PT, ao não aceitá-lo, estaria demonstrando ser

um partido "fechado", pouco democrático. Mas a verdade é todo o contrário.

A regra mais elementar da democracia é que prevalece a posição da maioria; as minorias podem discordar, expressar suas discordâncias, mas deve ser encaminhada a posição da maioria. Sem esta regra, não pode funcionar nenhuma assembleia de campanha salarial, nenhuma decisão de greve, etc. Além disso, se o conjunto do partido tem o direito de participar das decisões, isto significa que os deputados não são proprietários dos seus mandatos, que sua atividade deve ser controlada pelo conjunto do partido. A Carta Eleitoral do PT, que foi aprovada antes das eleições de 1982, era clara nesta concepção.

Assim, a Convenção Extraordinária do PT deve aprovar as seguintes medidas:

- condenar as atitudes do deputado Airton Soares e, numa menor medida, do deputado José Eudes;
- destituir o deputado Airton Soares

da liderança do partido na Câmara; — aprovar mudanças no regimento interno que estabeleçam claramente que as lideranças das bancadas nos diversos níveis (federal, estadual e municipal) devem ser eleitas pelos respectivos Diretórios, e que as bancadas devem defender publicamente as posições definidas pelo conjunto do partido. Esta medida deve valer também para os eleitos pelo PT para cargos executivos. Não se trata de negar uma margem de autonomia para os eleitos, mas sim de garantir um compromisso mínimo com as orientações partidárias.

Se após as deliberações da convenção o deputado Airton Soares ou algum outro desrespeitar as decisões, deverá ser desligado do partido. Isto poderá não significar um processo formal de expulsão e a perda do mandato, mas esclarecerá a posição do PT, e servirá de orientação no sentido de que os militantes do partido sabrán, nas próximas eleições, para quais candidatos devem trabalhar.

RIO GRANDE DO SUL

Congresso funda CUT regional



A CUT gaúcha foi fundada nos últimos dias 20 e 21. Cerca de 580 delegados de 85 entidades elegeram a direção estadual, executiva, e definiram um plano de lutas e implantação da CUT no estado.

Para Paulo Renato Paim, secretário nacional da Central Única, o congresso foi um dos melhores que participou até hoje. A mesma opinião foi manifestada pelo vice-presidente, Avelino Ganzer, que acompanhou os trabalhos. Tanto para Paim quanto para Avelino, a representatividade do congresso estadual provocou que o processo encaminhado para a viabilização da CUT não era incorreto, ao contrário das informações que circularam no primeiro CONCUR em São Bernardo.

A maior discussão do congresso girou em torno da direção eleita. Uma articulação de última hora reunindo o setor 113 do PT, a maioria do PDT, jornal O Trabalho, PRC e Movimento de Evangelização Rural apresentaram uma proposta de direção que excluía sindicatos e companheiros importantes na construção da CUT. Fundamentalmente os setores de esquerda do PT e sindicalistas independentes eram excluídos.

Durante todo o domingo houve uma série de tentativas para modificar algumas das piores falhas da proposta apresentada pela direção do congresso. Nenhuma delas, entretanto, obteve êxito. Argumentando a incapacidade da direção proposta de levar a bom termo a construção da CUT no estado, o fato de ser uma chapa excludente e secretária, a delegação do Vale dos Sinos, do Sindicato dos Radialistas e do Sindicato das Telecomunicações levaram ao plenário uma segunda proposta. Nesta chapa constava nomes como o João Machado, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Novo Hamburgo, Sérgio Matto, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, Claudete, secretária do Sindicato dos Radialistas, Paulo Rigo, do Sindicato das Telecomunicações. Somente vendo o plenário dividido meio a meio, a articulação dirigida pelos 113 de dispôs a discutir. Os trabalhos do Congresso foram interrompidos por mais de uma hora para chegar a uma proposta de direção consensual.

A direção eleita

Afinal, a Executiva da CUT ficou assim composta: presidente, Fortunati (Sindicato dos Bancários); vice-presidente, Valdir Geravoni (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tenentes Portela); secretário-geral, João Machado (Sindicato dos Metalúrgicos de Novo Hamburgo); Tesoureiro, Mário Luís (Sindicato da Alimentação de Pelotas); 2º tesoureiro, Orlando Muller (Sindicato dos

Sapateiros de Novo Hamburgo); secretário de formação, Julieta Balestro (Professores públicos); secretário de organização, Gregório (Sindicato dos Motoristas de Porto Alegre); secretário-rural, Nestor (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feliz); secretário de imprensa, Remi Baldasso (Sindicato dos Jornalistas de Porto Alegre).

Composição do Congresso

O fato da discussão sobre a direção ter se tornado central no CONCUR/RS implicou também em algumas debilidades. O plano de implementação da CUT nas regiões do estado e as lutas prioritárias a travar no próximo período foram pouco discutidos. Ficou clara apenas a necessidade de centrar a atuação em torno da previdência, redução de jornada para 40 horas e reforma agrária. O encaminhamento das CUTs regionais praticamente ficou delegado à direção. Com relação à direção, de 21 membros, o congresso acabou aprovando que os 21 suplentes tem os mesmos direitos de voz e voto que os titulares, assim como os membros gaúchos na direção nacional da CUT.

Com relação à composição social do congresso, dos 576 delegados inscritos, 345 eram de setores médios, 154 da produção e 77 rurais. Dos mesmos 576, 179 eram de diretoria e 397 de base. No dia seguinte ao Congresso, comentando esses números, João Machado, o secretário geral eleito dizia que "o problema não é o grande número de companheiros dos setores médios, mas a necessidade de aumentar a inserção da CUT/RS nos setores da produção". Sobre as tarefas da nova direção, João Machado sustenta que se deve a visão de que a direção tem de assumir tudo e decidir tudo. "É preciso exercer a democracia na prática dentro das entidades sindicais — afirma João Machado —, e cada companheiro da CUT se assumir como um dirigente e construtor da Central Única dos Trabalhadores".

Por fim, com relação a existência da Comissão Coordenadora Unitária (CCU) do movimento sindical gaúcho, João Machado diz que "o Rio Grande do Sul se orgulha de ser uma das regiões onde mais se avançou na implementação de uma política de frente única criando um canal onde participam todas as forças políticas do movimento operário sem que isso prejudique o avanço da CUT". Com relação a CCU, o congresso da CUT adotou uma posição consensual de participar dentro dela enquanto CUT, diferenciando-se politicamente e não subordinando seu processo de construção à Comissão.

SÃO PAULO

Os desafios do V Congresso Anual dos Professores



Às vésperas da realização do seu V Congresso Anual a APEOESP (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), a entidade vive as contradições que marcaram a greve do magistério de abril último.

Por um lado, a exemplo deste movimento, o Congresso deverá contar com um número recorde de participantes: aproximadamente 1.200 delegados, enquanto o congresso anterior, em 1983, contou com cerca de 200. Por outro lado, a entidade não conseguiu demarcar claramente o espaço de independência em relação ao governo do Estado e à sua estrutura na Secretaria de Educação, conferindo o que podemos chamar de caráter "oficioso" da greve, que foi uma de suas maiores debilidades.

No Congresso, esses aspectos contraditórios reaparecerão de forma plena, em torno das discussões de conjuntura nacional e do movimento sindical.

No ponto de conjuntura nacional, o centro da discussão será a sucessão presidencial: a ofensiva dos setores conciliadores do movimento, vinculados ao PCB e ao PC do B, no sentido de conseguir apoio do movimento sindical ao projeto de transição da burguesia expresso na candidatura Tancredo Neves contrapondo-se à manutenção da luta pelas diretas, ao rechaço às candidaturas burguesas e ao boicote ao Colégio Eleitoral.

O apoio a Tancredo significa depositar um voto de confiança em seu governo, a exemplo do que aconteceu com o governo Montoro, quando o funcionalismo e, em particular o magistério, ficou "esperando" o cumprimento das promessas eleitorais. Paralizado por um ano, foi vítima do maior arrocho salarial dos últimos tempos, num processo que apenas começou a ser revertido com a greve de abril último.

Assim, o posicionamento de boicote ao Colégio Eleitoral significa que os professores se mantêm na defesa das eleições diretas imediatamente (quem pode vencer no colégio, pode aprovar as diretas já), responsabilizam o PMDB e o conjunto da oposição burguesa pelo não restabelecimento das diretas e não depositam nenhuma "esperan-

ça" ou "voto de confiança" nos candidatos oriundos do Colégio Eleitoral.

Dentro deste quadro, adquire importância decisiva a articulação dos setores classistas (basicamente os petistas) para atuar unificados em torno de bandeiras que expressem a independência da entidade frente ao Estado e aos projetos da burguesia: o boicote ao Colégio Eleitoral, o aprofundamento da construção da CUT no interior da categoria e a independência da entidade em relação ao governo Montoro.

Apoliticismo

Diante disso, é lamentável a omissão do setor petista da diretoria da APEOESP, assumindo uma postura pretensamente "equidistante". Defendem que o Congresso não se posicione acerca desta questão por considerá-la partidária, confundindo assim o **apartidarismo** da entidade (do qual não devemos abrir mão) com o seu **apoliticismo**.

Finalmente, dando continuidade à decisão do Congresso anterior de filiação da APEOESP à CUT, este V Congresso deverá se posicionar por um impulso na sua construção. Em primeiro lugar, isto significa um posicionamento favorável à filiação do CPB (Confederação dos Professores do Brasil) à CUT. A CPB é a menos "aparelhada" das oito confederações de trabalhadores existentes no país e por isso é a única onde os setores vinculados à CUT tem significativa expressão. Sua filiação representará um passo decisivo na consolidação da Central Única.

Em segundo lugar, o Congresso deve aprovar uma proposta de encaminhamento pela CUT de uma campanha pela imediata aplicação da Emenda João Calmone, que destina 13% do orçamento federal e 25% dos estaduais e municipais à Educação, além de um processo de divulgação e discussão das campanhas da CUT junto à categoria.

Mais uma vez, é de se esperar que a diretoria da APEOESP — onde convivem petistas e peemedebistas — não se posicione com firmeza.

Opressão das mulheres

Pela primeira vez o Congresso Anual da APEOESP abre espaço para a discussão da opressão das mulheres, num debate que se realizará no dia 9 à noite. Nas discussões dos grupos, a questão deverá aparecer através da proposta de inclusão na próxima campanha salarial da luta por creches públicas para os filhos de todos os professores, efetivando a Emenda Constitucional nº 31, que já garante este direito a todas as funcionárias públicas do Estado de SP.

A existência destes debates é um avanço no sentido de enfrentar uma questão geralmente omitida da prática sindical entre os professores e mesmo entre outras categorias majoritariamente femininas.

Enquanto as entidades representativas

dos professores estiveram ausentes deste debate, certamente estarão contribuindo para afastar um setor significativo da categoria, particularmente as professoras primárias (professor) de uma participação sindical efetiva. Além disso, deixam de lado uma discussão viva e candente para toda a categoria que, pelo seu caráter não estritamente sindical, pode contribuir para o avanço de sua politização.

É importante que este primeiro debate no interior do Congresso da APEOESP dê como fruto um trabalho permanente dentro da entidade e também uma intervenção coletiva dentro da CPB (Confederação dos Professores do Brasil), cujo congresso, em janeiro, inclui como ponto de pauta a "questão da mulher".

METALÚRGICOS DE SÃO PAULO

E Joaquinção tocou o samba de breque

Na reta final da campanha, Joaquinção acelerou o ritmo para manter o controle. Mas, na hora da verdade, bancou o acordo com a FIESP.

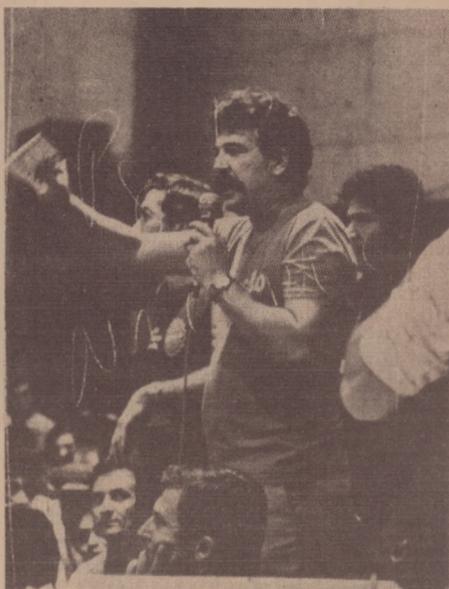
A campanha salarial dos metalúrgicos de São Paulo teve uma característica comum às anteriores: o controle que Joaquinção e a diretoria do sindicato impôs, impedindo que a campanha fosse democraticamente organizada. Mas teve uma novidade: Joaquinção "radicalizou" e chegou a propor greve na penúltima assembleia da campanha. Ao final da campanha após a aprovação do acordo, posa de combativo e responsável pelo que a categoria conquistou acima da legislação salarial vigente.

Por que Joaquinção "radicalizou?"

Em que condições Joaquinção fez a proposta de greve?

Em primeiro lugar a contraproposta apresentada pelo Grupo 14 da FIESP era ridícula, inferior a propostas da própria FIESP para outras categorias. No dia 25 de outubro, o Grupo 10 da FIESP apresentou à Federação dos Químicos a sua contraproposta: entre outros pontos 100% do INPC até 10 salários mínimos e reajustes trimestrais de no mínimo 17% caso a variação do INPC do semestre fosse superior a 46%. Na contra-proposta aos metalúrgicos, apresentada no dia seguinte, 100% do INPC apenas até 7 salários mínimos e reajuste trimestral de 15% caso o INPC do semestre anterior ultrapassasse a 60%...

A própria **GAzeta Mercantil** (do dia 27 de outubro) comentou que a pro-



posta apresentada pela FIESP aos metalúrgicos fazia parte de estratégia de "...ir melhorando uma proposta totalmente rejeitada pelos trabalhadores".

Em segundo lugar a campanha salarial foi antecedida por inúmeras greves que mobilizaram milhares de metalúrgicos, na maioria das vezes contra a orientação imobilista da diretoria do Sindicato. Essa mobilização anterior demonstrou para o patronato que a categoria não aceitaria qualquer acordo e nem que deixaria de se mobilizar nos meses seguintes ao próprio acordo, lutando mais uma vez pelo trimestral. Ao mesmo tempo, inúmeras fábricas de São Paulo estavam conquistando acor-

dos acima do oferecido aos metalúrgicos de São Paulo.

Em terceiro lugar, há a premente necessidade que Joaquinção tem de assumir uma "nova imagem", particularmente agora, quando ele sai pela segunda vez consecutiva derrotado nas fábricas em uma eleição sindical. O momento era propício para "radicalizar" o discurso.

Uma greve que não é organizada

Apesar da diretoria ter "radicalizado" o discurso, não deu nenhum passo concreto para a organização da greve por ela proposta.

Nenhuma forma de organização mais democrática, envolvendo a organização das regionais, das fábricas é encaminhada.

A assembleia que "definiu" a greve é o exemplo máximo da ausência de qualquer preocupação organizativa: ela deve ter sido uma das mais rápidas assembleias já realizadas. Na abertura, Joaquinção propôs a greve caso os patrões não melhorassem sua proposta, colocou imediatamente em votação. Aprovada. Para demonstrar que o metalúrgico "não tem medo" chama uma passeata pelo centro de São Paulo. A oposição, impedida de chegar à mesa nada pode fazer para evitar que uma assembleia de cinco mil metalúrgicos termine sem tirar nenhuma proposta concreta de mobilização. E todo mun-

do sabe que passeata não organiza e nem prepara greve.

O período entre esta assembleia e a última transcorreu sem nenhuma alteração do quadro organizativo da categoria.

Na assembleia final sete mil metalúrgicos estiveram presentes (o que demonstra a disposição de luta da categoria, e seu potencial). Joaquinção apresentou a contra-proposta final da FIESP, evidentemente melhorada, chegando ao patamar do que a FIESP tinha cedido já aos trabalhadores de outras cidades (acordo do ABC de maio, Bendir de Campinas, várias indústrias de Santo André). Sem muito entusiasmo, a assembleia voltou pela aprovação do acordo.

Antes do término da Assembleia um setor expressivo da assembleia exigiu que Lúcio, da Comissão de Fábrica da Ford e da Oposição fale.

Lúcio afirma que da forma como foi conduzida a campanha não havia outra alternativa a não ser aceitar o acordo. Conclama a continuidade da luta, apresentando o exemplo da Ford: em conjunto com unidades de outras cidades está sendo preparada uma greve para o fim do mês. A luta deve continuar por fábrica: pelo não desconto das antecipações, pelas 40 horas, pelas comissões de fábrica.

Os aplausos que faltaram ao "radical" Joaquinção, Lúcio, representando a Oposição, teve de sobra.

RIO GRANDE DO SUL

Os sem terra resistem à expulsão

Enfrentando penosas condições de abrigo, 750 pessoas acamparam na Estrada da Fortaleza em Erval Seco reivindicando acesso à terra.

No dia 28 de agosto um grupo de agricultores sem terra de vários municípios do Alto Uruguai (região noroeste do RS) ocupou uma área não utilizada de uma Estação Experimental em Santo Augusto, de onde foram brutalmente despejados em uma ação de extrema violência realizada pelo 7º Batalhão da Polícia Militar de Três Passos. Os agricultores sofreram várias agressões físicas, além de perderem grande parte de seus alimentos e pertences.

Posteriormente os agricultores voltaram a se reunir e no dia 30 de agosto começaram a montar um acampamento na Estrada da Fortaleza em Erval Seco — RS.

Hoje já se encontram acampadas aproximadamente 750 pessoas, dentre as quais 500 são crianças.

Centenas de milhares sem terra

A concentração da terra e o conseqüente êxodo rural não são problemas recentes. Nos últimos anos este processo tem se acelerado e atualmente já existem cerca de 140 mil famílias de agricultores sem terra no Rio Grande do Sul.

Toda esta situação é conseqüência direta da política agrícola que o governo vem implantando e que, seletivamente, vai fazendo com que um sem número de pequenos agricultores percam suas terras. Este processo



de exclusão, que se baseia na chamada "modernização da agricultura" não deixa muitas alternativas aos agricultores sem terra. Ou eles se dirigem para os centros urbanos em busca de um emprego que não existe, ou são "seduzidos" a deixarem o Rio Grande e irem para os projetos de colonização na Amazônia, ou ainda podem tentar se organizar e resistir à expulsão do meio rural.

Dentro desta perspectiva de luta e resistência é que os sem terra acampados em Erval Seco estão procurando garantir o seu direito à terra no Rio Grande do Sul. Nenhum dos agricultores admite a hipótese de ter que abandonar o acampamento sem que isto signifique o atendimento de todas as suas reivindicações.

Solidariedade

No local onde os agricultores estão acam-

pados há sérios problemas de umidade e alagamento. Além disso, os sem terra estão precariamente alojados em barracos de lona plástica muito fina que não dá uma boa proteção contra qualquer mudança no clima.

A principal conseqüência da precaridade das instalações é que a maioria dos acampados estão com algum tipo de infecção respiratória. Esta situação é agravada devido ao grande número de crianças que ali se encontram.

Para auxiliar os acampados na luta pela terra, foi formado em Porto Alegre um Comitê de Apoio aos Acampados da Estrada da Fortaleza. Este comitê de Apoio tem como objetivo obter auxílio material e solidariedade aos acampados. Para quem desejar auxiliar materialmente foi aberta a conta nº 08.128147.0-8 da Agência Central do Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Além disso, as mensagens de solidariedade com os acampados podem ser enviadas para o seguinte endereço: Secretaria Municipal de Educação — Erval Seco — RS — CEP 98.390.

A luta destas 97 famílias acampadas é de extrema importância no Rio Grande do Sul, pois uma vitória representaria um forte impulso a todo o movimento dos sem terra. Seria, além disso, mais um passo para colocar em prática a reforma agrária sob controle dos trabalhadores.

PORTO ALEGRE

Avanço na luta contra os aumentos do transporte

Se levamos em conta os últimos vinte anos, a decisão tomada pelo Poder Judiciário do Rio Gêndes do Sul realmente se torna inédita no Brasil: permitir que a Câmara Municipal de Porto Alegre assumisse a tarefa de homologação de tarifas de ônibus na capital gaúcha.

O episódio, com clímax alcançado nos últimos dias de outubro, na verdade iniciou-se ainda em 1983, com a nova legislatura. Alguns vereadores porto-alegrenses, dentre os quais Antonio Hohlfeldt (PT), Valneri Antunes e Wilton Araújo (PDT), assumiram uma luta ostensiva contra os altos e considerados exorbitantes preços cobrados nas tarifas de transporte coletivo da cidade. Outros vereadores juntaram-se, no correr do tempo, a este pequeno grupo inicial, e ao longo de meses, diversos projetos têm sido apresentados e aprovados no legislativo porto-alegrense, propondo novos cálculos, isenção tarifária para diversos segmentos da população a até mesmo uma Comissão de Inquérito, que teve como relator o vereador Lauro Haggeman (PMDB) que já cumpriram em legislatura anterior, tarefa semelhante. Em todo esse tempo, o prefeito João Antonio Dib (PDS) limitava-se a homologar todo e qualquer pedido de aumento de tarifas apresentado pelos empresários, fazendo com que o salto nos preços das mesmas ultrapassasse em muito os índices inflacionários extra-oficiais, segundo fontes do DIEESE gaúcho.

Em outubro de 1983, o líder petista Antonio Hohlfeldt entrou na Justiça contra o Executivo Municipal, solicitando definição sobre a validade de uma lei de 1964, que o Prefeito alega não estar mais em vigência, e cujo conteúdo é altamente interessante à população, pois exige vigência tarifária de seis meses. Exige ainda levantamentos em todas as empresas e linhas do chamado Índice por Quilômetro rodado para garantir nova passagem. Até hoje este processo está parado na Fazenda estadual.

A derrota do prefeito

No início de 1984, o advogado e vereador Werner Becker (PMDB) deu entrada a uma nova lei que dá poderes homologatórios à Câmara Municipal, a partir da interpretação da Lei Orgânica Municipal, segundo a qual cabe ao Poder Municipal (isto é, Executivo mais Legislativo) decidir sobre tais matérias. O projeto foi aprovado na Câmara, vetado pelo Prefeito e novamente aprovado na Câmara, com a derrubada do veto, inclusive contando com dois votos de vereadores do PDS (o que significou o afastamento de um deles, suplente, aurelianoista — já que o Prefeito declarou-se malufista). O Executivo, contudo, questionou a constitucionalidade da lei, e num julgamento de mais de cinco horas, a Justiça gaúcha, num debate eminentemente político, acabou por aceitar os argumentos da Câmara Municipal, reconhecendo-lhe poderes homologatórios. O Prefeito promete apelar à corte federal, mas até lá, significa que todos os novos aumentos de tarifas deverão passar pela Câmara Municipal de Porto Alegre, em medida e situação absolutamente inéditas no país, conforme comenta o vereador Antonio Hohlfeldt: "É evidente a importância política desta decisão, pois o Legislativo tem-se mostrado muito mais receptivo às pressões populares do que o Executivo, que conta com um Prefeito nomeado e sabidamente intransigente defensor dos interesses dos empresários. A medida decidida pela Justiça gaúcha significam no meu entender, uma enorme responsabilidade entregue aos vereadores de Porto Alegre, que têm, porém, um corpo técnico na Câmara bastante preparado para este trabalho. No caso do PT, já nos adiantamos na apresentação de um projeto que reformula a planilha de cálculos, e inclusive recalculamos a tarifa a partir dos próprios dados da Secretaria Municipal de Transportes, chegando a Cr\$ 292,00, contra os atuais Cr\$ 350,00".

BELO HORIZONTE

Organizar a luta pelo transporte melhor e barato

Com a Polícia Militar nas ruas, a população de Belo Horizonte foi democraticamente convidada a aceitar o quarto aumento este ano nos preços das passagens do transporte coletivo. A passagem mais barata, do centro aos bairros mais próximos, passa a custar Cr\$ 350,00; para os bairros operários da periferia da capital (envolvendo já outros municípios), os ônibus custam Cr\$ 530,00, Cr\$ 600,00 e até Cr\$ 700,00. Haverá cidade brasileira com transporte mais caro?

Acresça-se a isso que em Belo Horizonte praticamente não há transporte alternativo, com a exceção de um lento e sucateado trem suburbano que circula ao preço de Cr\$ 80,00 em apenas 4 horários por dia, servindo parte da região industrial da cidade.

Assim, é intrigante que, ao contrário de outras capitais, a população local ainda não tenha reagido de forma violenta ao insuportável custo do transporte em seu orçamento, em que pese a palavra de ordem "Se a passagem aumentar, o povo vai quebrar" ter sido bastante repetida por quase mil moradores convocados pela Federação dos Moradores de Belo Horizonte no Ato de Protesto contra o aumento, na véspera de sua decretação.

Mas coincidindo com a ausência de quebras, há uma ausência muito mais sentida, que é a da organização da população para a luta pelo transporte. O esforço mais expressivo para isso ao nível de toda a região metropolitana vem se dando na Região Industrial (aglomerado proletário de um milhão de habitantes dos municípios de Belo Horizonte, Contagem, Ibirité e Betim), com a existência, há quatro anos, do Movimento de Melhorias do Transporte Coletivo da Região Industrial.

O Movimento — formado por representantes das Associações de Bairro — nasceu logo após a constituição em julho de 1980 da Metrobel, empresa estadual encarregada do gerenciamento do transporte coletivo nos quatorze municípios da região metropolitana de Belo Horizonte e que participa em 3% no preço de cada passagem. Pioneira no gênero no Brasil, a empresa foi recebida pelos concessionários como um verdadeiro maná, pois através de um mecanismo

chamado Câmara de Compensação Tarifária, ela recolhe toda a receita das passagens, que é redistribuída aos donos de linhas segundo critérios sigilosos, impedindo que qualquer empresa porventura deficitária tenha prejuízo operacional.

A debilidade do movimento

Mas apesar do ódio dos trabalhadores à Metrobel — que além do encarecimento das passagens, resolveu "racionalizar" os horários dos ônibus, aumentando os intervalos entre eles — o Movimento ainda não conseguiu se afirmar como uma alternativa de massa na Região Industrial.

Esta dificuldade deve ser buscada antes de mais nada na fraqueza do movimento comunitário da região, um dos mais débeis do país. A maior parte das associações comunitárias não tem uma prática de massa, e as poucas iniciativas ocorridas nesse sentido — geralmente em torno à luta pelo transporte — não têm continuidade, nem se espalham.

Esta ausência de uma animação militante nos bairros operários tem impedido até agora o surgimento de um movimento comunitário massivo. Por isso, alguns dos participantes do Movimento de Transportes vêm defendendo a realização de um encontro das associações comunitárias da região com o fim de ressaltar a importância da organização nos bairros e eliminar os obstáculos à participação dos moradores.

Paralelo a isso, o Movimento deve continuar a por em prática as deliberações de sua última assembleia, com a presença de 150 moradores e dirigentes de associações no último dia 21 de outubro: criação de Departamentos de Transporte em todas as Associações, encarregados da formação de Comissões de Transporte nos bairros abertas aos moradores para organizar as reivindicações específicas; a luta pela volta da passagem intermediária em todos os ônibus que se destinam ao centro e que circulam pela Região Industrial. E o envolvimento de toda a sociedade civil de Belo Horizonte na luta pelo congelamento do preço das passagens e para que a Metrobel ponha à disposição da sociedade a planilha de custos tarifários, a fim de que os trabalhadores se capacitem a seu controle.

SECUNDARISTAS DE SÃO PAULO

As tarefas do PT no Congresso da UMES

Cresce a importância da unificação da atuação do partido. E já foi marcada uma plenária de ativistas para o primeiro dia do Congresso.

Estamos chegando ao fim de mais uma gestão da UMES de São Paulo, que teve como corrente majoritária na sua diretoria o **Alicerce da Juventude Socialista**. Este ano de gestão, foi o pior em termos de funcionamento: só houve um conselho de entidades de base; suas regionais com exceção da Centro não funcionaram; as decisões da diretoria não conseguiram ser viabilizadas tanto por boicote como pelo próprio absurdo que muitas eram. Nossa entidade não realizou uma atividade prática a nível de impulsionar a auto-organização dos secundaristas, não cumpriu papel importante na greve dos professores, não participou de forma organizada na campanha das diretas.

O funcionamento da UMES, porém, não reflete a disposição de luta dos estudantes. Só este ano na região municipal tivemos mais de 50 escolas que paralisaram suas aulas em diversas formas de manifestações: houve grandes greves estudantis contra a re-

pressão e por democracia no Osvaldo Aranha, Dom Duarte, CECA, Ascendino Reis. Em muitas outras escolas, também houve muitas manifestações culturais, humanitárias etc.

Enfim, temos por um lado um ascenso das lutas e manifestações nas escolas e, pelo outro, uma falta de centralização dessas manifestações. O papel da entidade centralizadora não está sendo cumprido pela UMES que, muito pelo contrário, se distancia cada vez mais dos estudantes.

As tarefas deste Congresso

Se, por um lado, temos uma prática aparelhada por parte da corrente **Alicerce**, de outro, temos uma séria possibilidade de termos essa entidade ser dirigida pelas mãos de **Viração** e seus aliados, o que sem sombra de dúvida significará o divórcio definitivo entre a entidade e as massas secundaristas.

Assim é importante nesse congresso responder a algumas questões. A

primeira é afirmar a UMES com entidade politicamente independente e comprometida com as lutas populares, o que significa reafirmar a bandeira de boicote ao colégio eleitoral, e apoio as propostas levantadas pela CUT. A segunda é responder a necessidade de estruturar a entidade, dotando-a de canais democráticos que possam servir de auxílio a todo movimento secundarista e de um plano de trabalho capaz de ser cumprido; com encontros sobre educação, juventude trabalhadora, luta contra os aumentos e a repressão. Da mesma forma organizar as regionais e a imprensa da entidade.

O papel do PT

É importante que compreendamos que essas medidas só poderão ser levadas a cabo a partir daqueles que estão comprometidos com a independência do movimento secundarista perante os padrões de ensino e as normas reacionárias do estado. Estes são, sem sombra de dúvida, a maioria

dos militantes do PT.

Por isso mesmo, compreendemos como um avanço importante as medidas tomadas pela direção do Partido no sentido de marcar uma plenária dos ativistas e simpatizantes do PT no primeiro dia do congresso.

Essa plenária deve ser compreendida como um grande primeiro passo no caminho de construir o PT no movimento secundarista e dotá-lo de um programa de ação para dinamizar o movimento.

É importante que essa plenária aprove um plano de ação mínimo dentro do congresso e de alianças visando a puxar para uma ação comum os companheiros do jornal **A Esquerda** e militantes que romperam com **Viração**.

Entendemos que se isso não for feito novamente teremos novamente as aventuras derrotas sofridas no congresso da UMES quando, por sectarismo interno e espírito de seita. O PT não conseguiu unificar a atuação das correntes com ele identificadas.

36º Congresso

Querem atrelar a UNE ao futuro governo Tancredo Neves

Favorecidos por um grande apoio financeiro da "Aliança Democrática", o bloco reformista obteve uma maioria no Congresso, fazendo aprovar o apoio a Tancredo. No entanto, um amplo setor classista divulgou um manifesto defendendo o boicote ao Congresso Eleitoral e o apoio às propostas aprovadas pelo I Congresso da CUT.

Nos dias 26, 27 e 28 de outubro, realizou-se no Rio de Janeiro o 36º Congresso da UNE. A questão sucessória foi praticamente o único tema a ser discutido. Com cerca de 1700 votos foi aprovada uma resolução de apoio à candidatura Tancredo no Colégio Eleitoral como forma de combater (sic) a continuidade do regime militar expressa na candidatura Maluf. Outra resolução, que obteve cerca de 1200 votos propunha tanto o combate à continuidade do regime via Maluf quanto a sua transição controlada via Tancredo, através do boicote ao Colégio Eleitoral, continuidade da campanha das diretas-já e apoio à proposta aprovada no I CONCUR de deflagração de uma greve geral pelo fim do regime.

Por que o classismo foi minoritário?

A proposta aprovada foi apoiada pelas correntes frente-populistas ligadas aos jornais **Tribuna Operária**, **Voz da Unidade** e **Hora do Povo**. A segunda proposta foi apoiada por todo o campo classista, essencialmente composto pelo PT, em aliança com as tendências **Caminhando** e **Avançando**.

O campo do classismo estava minoritário

no Congresso por uma série de fatores conjugados. A nível social, influiu a enorme pressão de todos os meios de comunicação que, dominados pela burguesia, apresentaram a questão sucessória como uma polarização Maluf x Tancredo e, regra geral, apoiam este último na busca de um pacto social. A isso se somou a ausência de uma clara alternativa operária e popular, principalmente devido às insuficiências políticas do PT e da CUT.

A nível do movimento estudantil, influiu a dinâmica de volta às aulas que se estabeleceu após o término da greve nacional dos docentes das Universidades Federais Autárquicas. Influiu também o próprio desgaste da UNE e a situação de crise por que passa o movimento, o que dificultou a eleição de delegados onde o classismo é majoritário. Finalmente, a nível da ação das diversas correntes, o classismo foi prejudicado pela insuficiente preparação material dos petistas, pelo grande apoio financeiro que a "Aliança Liberal" deu às correntes frente-populistas e pela fraude de delegados, cuja comprovação era praticamente impossível, mas que vários indícios mostraram existir.

Uma afronta à Carta de Princípios

A resolução aprovada fere a Carta de

Princípios da UNE em pelo menos duas questões. Nela está dito claramente que a UNE é uma entidade **apartidária** e a resolução praticamente a transforma num comitê eleitoral de Tancredo, candidato do PMDB. Além disso, nela também está dito que a UNE apóia a luta dos trabalhadores e oprimidos de todo o mundo e não há como conciliar o apoio à luta dos trabalhadores e oprimidos brasileiros com o apoio à "Aliança Liberal" no interior do Colégio Eleitoral. Pois essa Aliança, que agrega patrões, latifundiários, grileiros responsáveis por assassinatos de camponeses, banqueiros, corruptos e torturadores, nasceu da traição à campanha das diretas-já e irá participar do Colégio da Ditadura na busca tanto de um acordo geral entre a burguesia para a transição controlada quanto da submissão dos trabalhadores aos interesses burgueses na forma de um pacto social.

Por esse motivo, um amplo setor classista divulgou no Congresso um manifesto onde se colocava a necessidade dos estudantes não acatarem essa decisão, respeitando, no entanto, todas as demais deliberações do Congresso e reconhecendo sua legitimidade.

A nova diretoria e as perspectivas

Ao final do Congresso foi eleita a nova

diretoria da UNE, composta por apoiadores da **Tribuna Operária**, do **Hora do Povo** e estudantes ligados ao **PDT** de Brizola. A corrente **Voz da Unidade** ficou fora da composição. A proposta de eleições diretas para a UNE sequer foi discutido, apesar dos esforços dos classistas.

Analisando de forma global, o 36º Congresso foi uma derrota para os estudantes. Até a reunião do Colégio Eleitoral, a atual diretoria trabalhará no campo da polarização Tancredo x Maluf, tentando transformar a entidade num comitê eleitoral do PMDB e num instrumento de concretização do pacto social. Após a provável posse de Tancredo, a diretoria deverá buscar o fim das mobilizações estudantis para garantir a "estabilidade da democracia", tentando transformar a UNE num aliado do MEC no interior do movimento estudantil.

Dessa forma, é vital a todos os estudantes combativos, em especial aos petistas, a defesa da Carta de Princípios da UNE, buscando manter a entidade independente dos partidos e do Estado burguês. O inevitável desgaste que o governo Tancredo sofrerá deverá propiciar todas as condições para que essa defesa seja vitoriosa.

O PT não unificou sua atuação

A atuação dos petistas no 36º Congresso foi bastante tumultuada e marcada pela divisão. Um fato que expressa o atraso da construção do partido no movimento.

Apesar do partido ter decidido na Reunião Nacional de Estudantes Petistas de 30 de setembro que haveria Plenárias de Petistas no Congresso para deliberar os rumos a seguir em seu interior, decisão essa ratificada pelo próprio Diretório Nacional, não foi possível impedir que a "ex"-tendência **Liberdade e Luta** e **Coletivo Autonomista** desrespeitassem as Plenárias de Petistas lá realizadas e rachassem a intervenção partidária.

A existência de fraudes no Congresso foi transformada por esse bloco na própria razão de ser de sua presença ali. Alegando que todo o Congresso estava fraudado, a proposta inicialmente defendida pela "ex"-tendência foi a de retirada do Congresso, seu não reconhecimento e a criação de uma entidade paralela. Essa proposta "evoluiu" para a de obstrução dos trabalhos do Congresso buscando sua inviabilização. Num Plenária de Petistas, os demais seto-

res do partido propuseram em contraposição a isso uma ação no sentido de barrar a fraude, de politizar a discussão como forma de incidir nas bancadas extremamente despolitizadas das correntes frente-populista e de garantir a unidade de todo o campo classista, para mostrar aos estudantes que existe no interior da UNE uma alternativa viável à política de conciliação.

Essa proposta, amplamente majoritária, se baseava no fato de que é necessário **provar** a existência de fraude em número suficiente para alterar a relação de forças no congresso antes de se discutir a possibilidade de uma retirada em bloco. Se baseava também no fato de que o não reconhecimento do Congresso e a conseqüente criação de uma entidade paralela significaria a entrega da UNÉ e de tudo o que ela significa ao domínio total das correntes frente-populistas.

Uma estranha visão de democracia

Minoritário no PT, esse bloco não acatou sua decisão e criou um tumulto em frente a mesa do Congresso, que impediu por longo tempo qualquer discussão política e acabou até em agressões físicas de lado a lado.

Quando uma nova plenária unificada do partido conseguiu finalmente se instalar, um novo problema e de qualidade mais grave veio a ocorrer. O representante da Executiva Nacional do PT, Paulo Delgado, justamente quem deveria mais fortalecer a unidade da intervenção do partido afirmou que aquela plenária não era deliberativa, sendo que os petistas presentes estavam desobrigados de encaminhar as posições majoritárias decididas ali. Esta decisão veio com o surrado argumento da autonomia dos movimentos frente ao PT e, em particular, de que decisões naquela reunião iriam ferir a autonomia dos delegados eleitos na base.

Este argumento era contraditório com o fato mesmo de ter sido aprovada em outra reunião dos militantes do partido antes do Congresso manifesto a serem encaminhados para a eleição de delegados ao Congresso da UNE. Além disso, se o critério da aferição de posições majoritárias não pode ser utilizado para deliberar as posições do partido, como decidi-las então?

Na verdade, tais argumentos serviram apenas para inviabilizar qualquer atuação do partido. Mais do que isso, a omissão do PT recomendada pelo representante da Executiva do partido facilitou a quebra da autonomia da UNE frente aos partidos, facilitou o seu atrelamento à candidatura.

Petismo de ocasião

Ao final do Congresso, quando da discussão de uma chapa que unificasse todo o classismo, foi a vez da corrente **Convergência Socialista** mostrar seu petismo de ocasião, bancando a pretensão da tendência **Caminhando** — que se coloca como alternativa e em contraposição ao PT — de hegemonizar a chapa classista, exigindo sua

presidência e não aceitando a existência de coordenadores gerais, como os petistas propunham. Diante da negativa dos demais setores petistas em permitir isso, **Convergência** lançou uma chapa em comum com **Caminhando**. Os setores petistas que ainda estavam presentes no Congresso, entre os quais os apoiadores deste **EM TEMPO** e as correntes **Companheiro** e **Correnteza**, lançaram uma terceira chapa para marcar a posição do partido, já que a vitória de antemão já estava assegurada pelo frente-populismo.

O I Encontro Nacional dos Estudantes Petistas

O fato do PT não ter conseguido unificar a sua atuação no Congresso é uma expressão do atraso da construção do partido no movimento estudantil. Sem núcleo estudantis do PT na base, sem o trabalho de unificação dos petistas nas eleições para as entidades de base e gerais do movimento, torna-se difícil unificar a atuação do partido em um momento tão difícil como é o Congresso da UNE.

Com uma intervenção unificada, o PT teria uma grande presença no Congresso da UNE. Os dirigentes de projeção nacional do partido poderiam polarizar a atenção na Abertura do Congresso, explicando a todos quais são as propostas partidárias para a conjuntura e sua significação na luta pelo socialismo. Atuando unificado, o partido atrairia naturalmente todo ou praticamente todo o bloco classista.

Assim, divisão do partido neste Congresso não pode de nenhuma maneira significar o abandono dos esforços pela construção do PT no movimento estudantil. Apesar de ser um objetivo complexo e difícil, é o único caminho para construir uma alternativa capaz de liderar a saída da crise do movimento.

Uma grande importância terá o I Encontro Nacional dos Estudantes do PT, em maio de 1985, que será um momento decisivo para homogeneizar um programa do PT para o movimento.

Assine EM TEMPO

À Editora Aparte Ltda.
Rua Francisco Leitão, 58 — Pinheiros — SP
CEP 05414 — Fone: 852-8880

Estou enviando o cheque por uma assinatura anual ou semestral de jornal EM TEMPO.

Nome:

Endereço:

Cidade:

Estado:

Bairro: CEP:

Assinatura anual: Cr\$ 10.000,00
Assinatura semestral: Cr\$ 6.000,00
Assinatura exterior anual: US\$ 35

EL SALVADOR



Os guerrilheiros à saída da reunião de negociação em La Palma

Porque propomos um Governo Provisório de Ampla Participação

Aqui reproduzimos trechos de uma matéria publicada no órgão oficial da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional em defesa de sua tática atual de luta em El Salvador.

“ No estabelecimento de uma estratégia revolucionária e no desenvolvimento das táticas durante o processo, o programa revolucionário joga um papel necessário mas não pode jogar um papel determinante, total, e modifica-se como os demais elementos da linha e ação revolucionárias.

(...) a história avança e as lutas de libertação nacional, que não anulam a contradição fundamental de classes, mas a contemplam como uma contradição interna que deve ir se resolvendo de forma particular em cada processo concreto expressam a obrigação que temos os revolucionários de compreender o programa revolucionário a partir de uma perspectiva que rompa definitivamente com a mistificação a que tem se submetido e que pode conduzir a conclusões erradas tal como aconteceu com a proposta de Governo Provisório de Ampla Participação (GPAP) do FMLN-FDR.

É a partir desta visão equivocada que mais de uma voz já sustentou que a proposta de GPAP vem substituir a de um Governo Democrático Revolucionário (GDR) feita por nós em 1980. E, a partir desse entendimento, desenvolvem toda uma demonstração baseando-se na comparação do conteúdo das duas plataformas programáticas. Grave erro que começa “descobrir” intenções de retrocesso onde não existe mais que readequações táticas e que esquece o fator temporal e o espaço político em que ambas se desenvolveram.

Nem o GPAP substitui ao GDR nem este foi jogado ao lixo. Constitui o primeiro uma colocação tática que dá conta da correlação atual das forças internas e externas, políticas e militares, cujo objetivo é a criação de condições para desenvolver a luta com maiores vantagens, numa correlação de forças mais favoráveis ao desdóbramento das ações de massas e uma contribuição para tentar impedir a intervenção militar direta e massiva do imperialismo yanque.

Porque para nós o problema essencial da luta revolucionária é o

problema do poder, e o caráter revolucionário (não reformista, porque não dizê-lo) do programa está mediado e determinado pelo primeiro, e qualquer comparação entre tal o qual a plataforma programática, fazendo abstração do problema do poder, cai no campo da discussão doutrinária que muito pouco contribui para o estabelecimento de táticas concretas que são as que orientam correta ou incorretamente a luta. (...)

O Governo Provisório de Ampla Participação

Quando a FMLN-FDR propôs a constituição do GPAP, houve quem questionou a viabilidade da proposta, esquecendo que partindo da sua correspondência com a realidade toda colocação tática deve atingir-se através da luta que arranca concessões às classes opostas. (...) As forças revolucionárias e democráticas salvadorenhas têm a obrigação, tendo em consideração as determinações concretas, de lutar incansavelmente e criadoramente por mudar essas posições (a intransigência das classes opostas) ou no mínimo para reduzir ao máximo suas bases de sustentação. (...)

A negociação

A FMLN-FDR sempre entendeu o diálogo e a negociação como um instrumento auxiliar da luta, como uma ação complementar arrancada às classes dominantes e ao imperialismo como produto dos avanços da forma fundamental da luta: a luta armada revolucionária. E a forma que adquire não pode ser uma transição mecânica de outras experiências revolucionárias.

Por isso, jamais propusemos uma trégua incondicional e menos ainda a deposição das armas. Mas isto não deve nos impedir de aproveitar as contradições no seio do exército inimigo nem esgotar os esforços para alargar nosso campo de alianças e para impedir a intervenção massiva direta de tropas imperialistas.”

A guerrilha negocia com as armas na mão

Sem abandonar as suas iniciativas militares, a FMLN vai às negociações com o governo pró-imperialista de Napoleon Duarte para por em confronto as “necessidades” do povo com as “necessidades” dos exploradores.

Em outubro passado o governo democrata-cristão e pró-imperialista de El Salvador propôs uma negociação à Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN). Esta aceitou e abriu-se um caminho à pacificação da América Central. Foi assim que a imprensa internacional noticiou o processo que levou ao encontro entre o presidente Napoleon Duarte com líderes da guerrilha. Essa cobertura jornalística estava destinada a fazer o jogo da política imperialista de Reagan: finalmente, a intervenção americana na América Central começava a dar frutos, “quebrando” a decisão dos revolucionários. A verdade da conjuntura é, porém, muito diferente do que a imprensa burguesa procura passar.

Existe também uma campanha internacional para recompor a imagem do governo salvadorenho. Daí a necessidade de apresentá-lo como tomando iniciativas pela paz. Isso vai acompanhado por outra campanha interna de tentativas de aliciar setores sociais populares (sobretudo, a pequena burguesia) para a política do governo democrata-cristão. Porém, a política pró-imperialista e de conciliação com os interesses oligárquicos que assume o governo não tardarão em fazer explodir a máscara do governo Duarte.

Existe uma nova conjuntura em El Salvador. E os revolucionários da FMLN foram os primeiros a entendê-la. A proposta de um Governo Provisório de Ampla Participação (GPAP) foi a resposta que a FMLN (e seu braço político, a Frente Democrática Revolucionária) deu a essa conjuntura, no início deste ano. Nessa proposta, o primeiro passo é um “diálogo sem condições prévias” com o governo. Duarte assumiu essa proposta sete meses depois.

Uma nova conjuntura

A FMLN propôs a negociação em um momento em que detinha também a iniciativa militar. É assim que quando em maio o imperialismo organizou as eleições, o processo não pode ser cumprido em 39% dos municípios por estarem ocupados pela guerrilha. Mas a guerrilha propôs o Governo Provisório de Ampla Participação, e como primeiro passo para ele, a negociação.

Essa conjuntura estava marcada pelos seguintes traços:

- o impasse militar criado após a “ofensiva geral” de 1981. A guerrilha mantém a iniciativa militar, mas não tem — a curto prazo — condições de reverter a situação militar;
- o ressurgimento dos movimentos de reivindicação econômicas a nível urbano, agora sem uma condução forte da guerrilha (o que acontecia em 1980-81);

- fortalecimento das “bases sociais” o Partido Democrata-Cristão, a partir de pequenos e médios burgueses, mas também em setores populares, com a conformação da União Popular Democrática, a qual fortaleceu-se no último período. A UPD agrupa a União Comunal Salvadorenha (UCS), o Sindicato da Construção Civil, e associações de pequenos industriais e comerciantes. Apoia o PDC mas exige reformas e é contra a repressão cega.

- perigo iminente de intervenção militar direta e massiva dos Estados Unidos na América Central, com um duplo objetivo: El Salvador e Nicarágua;
- cansaço da população depois de quatro anos de guerra e 60 mil mortos, que tem se expressado de maneira crescente na reivindicação da “paz”.

A tática da FMLN-FDR

Deve se destacar, porém, o elemento novo que pode se configurar mais claramente aos olhos da população salvadorenha com a crescente presença dos Estados Unidos no país (mais ainda com a intervenção militar): definitivamente não se tratará mais de uma “guerra civil”, mas de uma “guerra de libertação nacional”. Esse fato coloca em perspectiva a possibilidade de ampliar as bases sociais da FMLN inclusive em setores que até agora foram relutantes a participar do conflito (pequena e média burguesia urbanas, por exemplo). Some-se a isso o fato de que as expectativas de reformas criadas pelo governo Duarte esgotaram-se em pouco tempo, contra o muro oligárquico-imperialista que pressiona o governo democrata-cristão.

É pois, nessa conjuntura que o FMLN-FDR saiu com a proposta do Governo Provisório de Ampla Participação e de negociação. A FMLN entende que existem amplas camadas da população que fecham com essa proposta (além das hegemônicas pela Frente) e que, portanto, podem ser atraídas para esse campo. Dessa maneira, isolaria-se a direita e o imperialismo. Abriria-se um período de lutas democráticas e nacionais de caráter revolucionário, onde a FMLN permaneceria como o destacamento armado do povo.

É assim que, para a Frente, esta proposta não é “inviável”. Pelo contrário, é uma “necessidade” para as mais largas camadas sociais do país. Não o é para a oligarquia, a direita e o imperialismo. Para a FMLN trata-se de por em confronto, uma vez mais, agora no terreno das negociações, as “necessidades” do povo, com as “necessidades” dos exploradores. Por isso, para a FMLN a negociação não é mais que um passo na luta revolucionária armada.

FSLN

A grande vitória dos sandinistas

Os sandinistas obtiveram dois grandes triunfos nas eleições realizadas nos primeiros dias de novembro.

Em primeiro lugar, o boicote às eleições proposto pela "Coordenadora Democrática", ligada aos grupos contra-revolucionários armados e o principal agrupamento da direita encontrou pouco eco na população nicaraguense. O índice de abstenção eleitoral foi de cerca de 18% e é importante ter em conta que o índice de abstenção por motivação política é menor ainda. A "Coordenadora Democrática" foi assim a grande derrotada nestas eleições.

Em segundo lugar, entre os votantes, a Frente Sandinista de Libertação Nacional obteve praticamente 70% dos votos, confirmando a legitimidade do poder revolucionário. O restante dos votos ficou assim distribuído: Partido Liberal Independente, 10,5%; Partido Conservador Democrático, 10,3%; Partido Popular Social Cristão, 5%; Partido Comunista, 1,3%; Partido Socialista Nicaraguense, 1,2%; Movimento de Ação Popular Marxista-Leninista, 0,8%. Estes resultados se referiam à coleta de cerca da metade dos

votantes e não deve sofrer grandes variações até o cômputo final.

As duas grandes vitórias eleitorais da Frente Sandinista tem resultados importantes para a consolidação da revolução. Diminuem frontalmente o espaço de apoio interno à contra-revolução armada, dividindo as forças da direita. O pleito, assistido por cerca de quinhentos representantes de vários países, foi visto em geral como plenamente democrático, o que diminui o espaço para Reagan conseguir apoio internacional para uma eventual invasão da Nicarágua.

No comício de encerramento da campanha eleitoral da FSLN, mais da metade da população de Manágua, (isto é, 400 mil sobre 750 mil) assistiram ao discurso do candidato da Frente Sandinista, o comandante Daniel Ortega. Esse número apenas dá conta da amplitude do apoio com que conta a revolução sandinista. A FSLN soube utilizar o processo eleitoral para reforçar suas posições, para politizar os problemas vividos pelo país (sobretudo a intervenção norte-americana) e o mais importante: para desmascarar o imperialismo, a hierarquia católica e os partidos burgueses da oposição (que acabaram boicotando as eleições).

Os sandinistas souberam colocar o imperialismo e a burguesia contra-revolucionária em um beco sem saída. Primeiro, assumindo a bandeira das eleições para presidente da república. Logo percebeu-se que a reivindicação dos contra-revolucionários estava mais orientada para desacreditar o sandinismo do que para tentar uma oposição pela via democrática. Assim que foram marcadas as eleições, a Coordenadora Democrática, que reúne os três principais partidos burgueses, decidiram boicotá-las.

Por outro lado, já em outubro, quando o Grupo de Contadora apresentou seu plano de paz para a região os sandinistas apressaram-se a aceitá-lo. Isso não era esperado pelos Estados Unidos que deram um apoio desengajado ao Grupo de Contadora na esperança que os nicaraguenses fossem contrários à pacificação da área, e, assim, poder denunciá-los internacional e regionalmente. Mas, os sandinistas apontavam estrategicamente para outro objetivo, também contemplado em Contadora: a retirada da região de todos os assessores estrangeiros. Isso atingiria mais aos aliados dos Estados Unidos (El Salvador, Honduras, Guatemala etc.) do que à Nicarágua. Daí que os Estados Unidos, tiveram que tirar a máscara "pacifista" e rejeitar o acordo proposto por Contadora.

A Democracia de massas

Porém, o imperialismo continua a ter a seu favor a imprensa internacio-

nal que exprime as posições de Reagan como sendo a realidade. Por exemplo é lugar comum na imprensa burguesa no Brasil a qualificação das eleições passadas como mera encenação dos sandinistas para legitimar um governo autoritário.

Não é só que as eleições foram feitas dentro dos marcos da democracia. Na verdade, no processo eleitoral nicaraguense existiram condições democráticas além das que se vivem em qualquer "país do ocidente" (na Europa ou nos Estados Unidos). Os únicos que não podem (e não poderão) gozar dessa democracia são os que estão em armas contra a revolução (os contras). Mas os sandinistas garantiram igualdade de condições para todos os partidos, até para os de direita. Até grupúsculos como o "Partido Socialista dos Trabalhadores" que não conseguiram cinco mil assinaturas foram registrados como partidos legais.

Se a burguesia e o imperialismo boicotaram as eleições não foi porque não tinham garantias de poder defender suas posições em pé de igualdade com os sandinistas. Foi porque não é no âmbito da democracia popular que os contra-revolucionários têm alguma possibilidade de ganhar, mas no das ar-

mas, da intervenção militar direta e massiva dos Estados Unidos. Assim sendo, interessa-lhes mais desestabilizar o quadro político que disputar as eleições.

Alguns exemplos do caráter democrático do processo eleitoral:

1. Tiveram direito a voto todos os cidadãos desde os 16 anos de idade. A consigna foi: quem defende a revolução com as armas, tem direito a votar. E na Nicarágua, até as crianças defendem a revolução com as armas.
2. A representação eleita é proporcional para todos os partidos que obtiverem mais que 15.000 votos (com o qual já ganhariam um representante na Assembléia Nacional Constituinte que logo após funcionará como um Congresso).
3. Todos os partidos tiveram direito à mesma quantidade de dinheiro entregue pelo governo; um montante suficiente para que qualquer partido pequeno possa fazer uma campanha nacional.
4. Foi aberta a possibilidade de receber dinheiro do estrangeiro desde que ingressasse no país via banco central.
5. Foi reconhecido o direito de formar partidos a qualquer força política, com

a única condição de não estar em armas contra a revolução.

6. Quase 95% dos cidadãos em idade de votar foram registrados pelos escritórios eleitorais. Isso em um país que nunca teve uma tradição democrática e de participação eleitoral. O que demonstra a capacidade de mobilização da FSLN.

No coração e nas mentes

Os sandinistas demonstraram que a arma fundamental da revolução é a politização das massas. Daí que os problemas estratégicos não se coloquem internamente (como seria a necessidade de reprimir à burguesia) mas a nível internacional (a agressão dos mercenários contra-revolucionários financiados pelos Estados Unidos). E não se colocam internamente porque a revolução ganhou a batalha fundamental: o coração e as mentes das massas nicaraguenses.

Mas esse processo, como demonstraram os sandinistas, deve ser continuamente politizado. É necessário que entre a vanguarda política do povo em armas, a FSLN, e as massas populares, exista uma relação pedagógica, não vertical. Daí o espaço da FSLN para confrontar às massas com os problemas da revolução: as traições da hierarquia católica, os ataques dos contra-revolucionários, as manobras dos partidos burgueses e do imperialismo são desmascarados em praça pública.

O imperialismo e a contra-revolução nicaraguense sabem que só tem dois caminhos para combater o sandinismo: ou desestabilizá-lo internamente e tentar uma guerra civil; ou uma intervenção militar externa massiva. A prática política dos sandinistas, sua relação com as massas, inviabilizou o primeiro caminho. E essa mesma prática tem feito com que qualquer tentativa de intervenção externa se coloque na necessidade de fazer uma guerra de extermínio, um genocídio da população nicaraguense. Por isso, quando os comandantes sandinistas abrem os comícios com o grito de guerra "Luchamos para vencer" e milhares de gargantas respondem "No pasarán", fica no ar alguma coisa a mais que as palavras.

Economia de guerra

A conjuntura atual da Nicarágua revela as consequências políticas e econômicas dos agressões do imperialismo norte-americano à revolução sandinista. A atividade dos contras tem crescido, sobretudo no ataque a objetivos civis e na procura da destruição da infraestrutura produtiva do país. As perdas pela guerra em 1983 constituíram 77% das perdas totais desde 1981. As agressões já causaram sete mil mortos entre milicianos sandinistas e a população civil desde março de 1982; prejuízos de 400 milhões de dólares e uma queda de 35% das exportações desde o começo de 1984 (comparado com igual período de 1983).

Essas agressões obrigaram ao governo revolucionário a aumentar os gastos da defesa. As despesas militares no orçamento governamental cresceram de 18% em 1982 a 20% em 1983. E as expectativas de gastos militares para 1984 são em torno de 25%.

É assim, que no plano econômico, como já aconteceu em outros aspectos da vida social, a política sandinista é de subordinar tudo às necessidades da defesa militar de revolução e de seus avanços. Nas palavras do comandante Jaime Wheelock, uma real "economia de guerra" é agora necessária.